



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA
MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

LEIDE FERNANDA DE OLIVEIRA QUEIROZ

**LEVANTA-TE E ANDA: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA,
VIDA FAMILIAR E DIREITOS HUMANOS**

SALVADOR
2020

LEIDE FERNANDA DE OLIVEIRA QUEIROZ

**LEVANTA-TE E ANDA: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA,
VIDA FAMILIAR E DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro
Simon Cavalcanti

Linha de Pesquisa: Família nas
Ciências Sociais

SALVADOR
2020

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

Q3 Queiroz, Leide Fernanda de Oliveira

Levanta-te e anda: pessoas em situação de rua, vida familiar e direitos humanos / Leide Fernanda de Oliveira Queiroz. – Salvador, 2020.
81 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família
na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

1. Pessoas em Situação de Rua 2. Direitos Humanos 3. Contextos
Famíliares I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação II. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon – Orientadora
III. Título.

CDU 316.356.2:364.252

TERMO DE APROVAÇÃO

Leide Fernanda de Oliveira Queiroz

“LEVANTA-TE E ANDA: pessoas em situação de rua, vida familiar e direitos humanos”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 07 de fevereiro de 2020.

Banca Examinadora:


Prof.^a Dr.^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Orientador(a) - (UCSAL)


Prof.^a Dr.^a Sheila Marta Carregosa Rocha - (UNEB)


Prof.^a Dr.^a Luciene Santos Figueiredo - (UNIRUY)


Prof.^a Dr.^a Maura Leite Espinheira Avena - (UCSAL)

AGRADECIMENTOS

A Deus, força propulsora do Universo, por me sustentar ao longo da estrada da vida.

Aos meus amados pais, por sempre olharem para mim com o brilho do acreditar que eu era capaz.

À minha “anja”, minha orientadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, pela acolhida no momento em que mais fraquejei e pensei que a realização desta etapa não mais era possível. Ela que me aceitou como sua “des”orientanda sem saber ao certo em que mares eu navegava. Acreditou no meu potencial, me aceitou incondicionalmente. À ela, eu dedico essa vitória!

À família UCSAL que esteve sempre disposta a me auxiliar: o(a)s colaboradore(a)s de um modo geral, especialmente a Ana Carla Almeida, secretaria do curso, por estar sempre pronta a ajudar com minhas demandas anacrônicas de forma tão solícita e carinhosa. Ao Sr. Luiz que, não mais está na UCSAL, mas que sempre nos serviu - com dedicação e carinho - o nosso cafezinho e a água que nos ajudava a vivenciar as aulas durante estes dois longos anos. À Cristiane, responsável pelo CEP, por segurar em minhas mãos e mostrar o caminho de forma leve e serena.

A Pollyanna Rezende Campos, companheira de andanças no mestrado por me suportar com meus duzentos áudios na hora do desespero e me fazer rir muito com nossos diálogos, mas principalmente, por ser um lindo exemplo para minha caminhada.

Ao meu talentoso amigo Wendel por me acender a luz da iniciação científica, ainda na graduação em Direito, orientando os primeiros passos do caminho para um sonho e por permanecer ao meu lado, até os dias de hoje.

Ao meu amado amigo Fernando Marinho por estar sempre na minha torcida e valorizar sempre qualquer linha escrita que o apresentasse e por sua valiosa e imprescindível ajuda com as transcrições integrantes desta dissertação.

À minha grande amiga Silvana da Interativa Design por sua leal parceria e verdadeira amizade. Nosso encontro na caminhada foi Dádiva!

Ao Luiz Fernando por respeitar as minhas escolhas, ainda que não fossem as deles e por estar ao meu lado, segurando a minha mão quando o fundo do poço tinha se tornado pico para mim.

À profa. Sheila Carregosa Rocha por aceitar no último tempo da prorrogação fazer parte desta caminhada.

Ao Governo do Estado da Bahia, através da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESB), pela bolsa de pesquisa de modo a viabilizar esta investigação e o percurso formativo ao longo do mestrado.

A todos os participantes do Projeto Levanta-te e anda ao permitir o compartilhamento de histórias de vida que são exemplos de que resistir é possível.

À irmã Lena, por dedicar a sua própria vida à vida das pessoas em situação de rua.

Ao Jornal Aurora da Rua por fazer conexões que rompem isolamentos e inspiram novos começos.

À dona Terezinha por me alimentar nas minhas passagens pelo projeto não só com sua comida fenomenal, mais e, principalmente, com sua acolhida afetuosa.

Aos educadores e psicólogos, pessoas do cuidado, do Levanta-te que, entre o Amor *Ágape* e o Amor *Philia*, vão cumprindo as suas missões.

À Bete, Damião, Gilberto, Lázaro, Nena por me permitirem navegar por suas histórias de vida donde encontrei alegrias, sofrimentos, tensões, conflitos e violações.

“Olá, meu nome é Maria Lúcia. Para mim, é muito importante fazer parte deste livro, poder também mostrar para você, leitor, os sentimentos profundos de um povo que muitos insistem em tornar invisíveis. Sou uma ex-moradora de rua, ex-drogada, mas hoje resgatada. Mas, graças a Deus, veio um anjo em forma de mulher que conseguiu nos ver com o olhar do coração e se lançou o desafio de partilhar com você aquilo que ela descobriu: Somos especiais. Como todos, somos seres humanos com suas alegrias e tristezas, vida e morte, luzes e trevas, providos de sonhos e desejos, ternura e partilha. Nasce do nosso coração a perseverança e o desejo de sair da noite do esquecimento para a aurora de um despertar na comunhão de irmãos. Valeu, leitor! Valeu, Trindade, que não escolhe, mas a todos acolhe!”

Maria Lúcia Pereira, 2008.

“Direitos Humanos não se pede de joelhos, exige-se de pé”

(Dom Tomás Balduino)

QUEIROZ, Leide Fernanda de Oliveira. **Levanta-te e Anda: pessoas em situação de rua, vida familiar e direitos humanos**. 2020. 81 f. Dissertação – Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, Bahia. 2020

RESUMO

Em contexto de crescente explosão demográfica de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social e familiar, paradoxos entre promoção e violação de direitos humanos e fundamentais, planejamento de políticas públicas e de visibilidade não só da temática, mas especialmente de narrativas e trajetórias vivenciadas em Salvador nos últimos anos. Essa dissertação se insere na linha de pesquisa Família nas Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Tem como objetivo geral mapear o percurso institucional do Projeto Levanta-te e Anda - PLA, associado à Ação Social Arquidiocesana em Salvador, ao longo dos dez anos de atividades de atuação já registrados (2008-2018), com eixo nas categorias relacionais dignidade da pessoa humana, relações familiares e direitos humanos. Como estruturação, o texto divide-se em parte teórica e histórica com destaque à Teoria Crítica de Judith Butler, Sociologia da Justiça Boaventura Sousa Santos e João Pedroso e Ética de Emmanuel Levinas e Amartya Sen; contextos institucionais, governamentais e específico do projeto social; estudo de caso detalhando a partir de dados coletados junto ao Levanta-te e Anda. Com viés qualitativo, centra-se o estudo em observação participante, com uso de instrumento de captação de narrativas (entrevistas semi-estruturadas) de pessoas em situação de rua e acolhidas pelo projeto, bem como revisão historiográfica interdisciplinar. Como resultados, demonstramos que ação social, educativa e ética - elaborada e promovida pelo PLA - confirma a centralidade na pessoa humana e promoção de direitos humanos, a construção de comunidade de paz é um aprendizado diário desde os pequenos gestos de acolhida com respeito e com dignidade até a realização das atividades que tem em sua centralidade, a defesa dos direitos e a valorização da vida.

Palavras-chave: pessoas em situação de rua, direitos humanos, contextos familiares.

QUEIROZ, Leide Fernanda de Oliveira. **Get up and walk: homeless people, family life and human rights. 2020.** 81 f. Dissertation - Master in Family at Contemporary Society, Catholic University of Salvador, Bahia. 2020

ABSTRACT

In a context of a growing demographic explosion of people in situation of extreme social and family vulnerability, paradoxes between promotion and violation of human and fundamental rights, planning of public policies and visibility not only of the thematic, but especially of narratives and trajectories experienced in Salvador in the last years. This dissertation is part of the line of research Family in the Social Sciences, in the Graduate Program in Family in Contemporary Society. The main goal is to map the institutional path of the Levanta-te e Anda Project - PLA, associated with the Archdiocesan Social Action in Salvador, over the ten years of activities already registered (2008-2018), focusing on the dignity of relational categories human person, family relations and human rights. As a structure, the text is divided into theoretical and historical parts, with emphasis on Critical Theory (Judith Butler), Sociology of Justice (Boaventura Sousa Santos and João Pedroso) and Ethics (Emmanuel Levinas and Amartya Sen); institutional, governmental and social project specific contexts; case study detailing from data collected from Levanta-te e Anda. With a qualitative bias, the study focuses on direct observation, using an instrument to capture narratives (semi-structured interviews) of people living on the streets and welcomed by the project, as well as an interdisciplinary historiographic review. As a result, we demonstrate that social, educational and ethical action - elaborated and promoted by the PLA - confirms the centrality in the human person and the promotion of human rights, the construction of a community of peace is a daily learning process from the small gestures of welcome with respect and with dignity until the realization of the activities that are focused in the defense of rights and the appreciation of life.

Keywords: people in situation of extreme, defense of rights, family relations

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Auto-declaração (sexo/gênero)	47
Figura 2 – Composição étnico-racial de integrantes do Projeto	48
Figura 3 – Composição conjugal de integrantes do PLA (2008-2018)	49
Figura 4 – Motivos apontados para saída	49
Figura 5 – Quadro Metodológico	53

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Municípios com e sem levantamento de população em situação de rua informado no Censo Suas 2015 por porte populacional.....	36
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASA	Ação Social Arquidiocesana
CEDH	Convenção Europeia de Direitos Humanos
CNDDH	Centro Nacional de Direitos Humanos da População de Rua e Catadores de Materiais Reciclados
DPE	Defensoria Pública do Estado
EOH	Observatório Europeu sobre Pessoas em Situação de Rua
GEM/UFBA	Centro de Estudos e Pesquisa em saúde da mulher
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPBA	Ministério Público do Estado da Bahia
NEDH/UCSAL	Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PLA	Projeto Levanta-te e Anda
PNPSR	Política Nacional de Pessoas em Situação de Rua
PSR	Pessoas em Situação de Rua
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEDH	Tribunal Europeu de Direitos Humanos
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, CONTEXTOS HISTÓRICOS E AGENDAS PÚBLICAS	25
2.1	QUEM SÃO AS PESSOAS QUE COMPÕEM A “SITUAÇÃO DE RUA”?	25
2.2	FAMÍLIA? LAR DOCE LAR?	28
2.3	PERFAZENDO HISTÓRIAS DO TEMPO PRESENTE: GANHANDO ESPAÇOS	31
2.3.1	Agendas internacionais: declaração universal de direitos humanos & dimensões econômicas, sociais e culturais	32
2.3.2	Agendas Nacionais: Constituição Federal De 1988	34
3	PROJETOS SOCIAIS E ASSISTENCIAIS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: PROJETO LEVANTA-TE E ANDA E TRINDADE	40
3.1	NÃO TINHA TETO, NÃO TINHA NADA: IGREJAS ABANDONADAS.....	40
3.2	LEVANTA-TE E ANDA: A LUTA CONTINUA EM COLETIVIDADE.....	45
4	COLHENDO EXPERIÊNCIA HUMANAS E SOCIAIS: PERCURSO METODOLÓGICO	50
4.1	LAÇOS E ENLAÇOS: NARRATIVAS DE PESSOAS EM EXPERIÊNCIAS RELACIONAIS	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	65
	ANEXOS	73
	ANEXO I – CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL	73
	ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	75
	ANEXO III – PROJETO DE PESQUISA (MESTRADO): UM MAPEAMENTO E PRINCIPAIS PONTOS	77
	ANEXO IV – ROTEIRO ORIENTADOR PARA USO DA ABORDAGEM QUALITATIVA A PARTIR DE HISTÓRIAS DE VIDA	78
	ANEXO V – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ANTI-PLÁGIO	80
	ANEXO VI – CRÉDITOS DA AUTORA	81

1 INTRODUÇÃO

A condição precária da vida nos impõe uma obrigação. Devemos nos perguntar em que condições torna-se possível apreender uma vida, ou um conjunto de vidas, como precária [...] temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia que implique a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social.

(BUTLER, 2015, p. 14-5).

A falta de moradia, de abrigo, de condições básicas de existência podem ser situações devastadoras, perigosas e de extremo isolamento social, de convivência e de ruptura de direitos (Santos, 2019).¹ As pessoas que vivem, trabalham, dormem nas ruas apresentam “quadros de guerra” (Butler, 2015), observando o distanciamento de “vidas vivíveis” e do reconhecimento por parte do poder público, Estado e suas esferas, sociedade, contextos familiares e individuais. Estão pré-dispostas a enfrentamentos de não dignidade e de rompimento de garantias asseguradas através de marcos legais e políticas sociais específicas, desenhadas e matizadas, em âmbito brasileiro, desde os anos 90.

Estes atores sociais, estão sujeitos a maiores chances de serem vítimas de violências, violações e condições precárias de existência. Situação de rua, sem abrigo, *homeless* são alguns dos termos utilizados para nomear e identificar esse grupo de pessoas que, por motivo de contextos familiares, sociais ou individuais, saíram da vivência doméstica e familiar. Sejam de caráter no campo da saúde ou de violências vividas, por migração forçada seja nas esfera ambiental, econômica ou ruptura relacional, em geral, apresentam dados alarmantes quanto às vulnerabilidades.²

Segundo Santos, Santos, Martins (2019) “Quem precisa dos direitos humanos?” ou “quem são considerados os ‘seres humanos?’”. Tais questões não

¹ “O conceito de direitos humanos assenta num bem conhecido conjunto de pressupostos, todos eles tipicamente ocidentais, designadamente: existe uma natureza humana universal que pode ser conhecida racionalmente; a natureza humana é essencialmente diferente e superior à restante realidade; o indivíduo possui uma dignidade absoluta e irredutível que tem de ser defendida da sociedade ou do Estado; a autonomia do indivíduo exige que a sociedade esteja organizada de forma não hierárquica” (SANTOS, 2019, p. 342).

² Para efeito de compreensão e delimitação de um conceito que percorra todo o texto, adota-se para vulnerabilidades o matiz teórico, descrito como categoria analítica advinda de estudos e diretrizes de agendas internacionais a partir de meados de 1990. Em geral, foi adotada por organismos como o Banco Mundial (BM), com o objetivo de ultrapassar o esgotamento do termo “pobreza” (IVO, 2006).

somente integram a obra e difusão de investigadores da área. Compõem, sobremaneira, inquietações e são fios de uma trama contemporânea, urbana e complexa. Quando o matiz cai recai sobre o grupo estudado nessa dissertação, os paradigmas são insuficientes para explicarem a conjuntura desses sujeitos. As razões e as justificativas são inúmeras e diversificadas para o desabrigo. Podem ser elencadas como causas sociais como a pobreza, o desemprego, a falta de acesso às políticas de assistência, dentre outros ou eventos individuais, relacionais ou circunstanciais. Podem entrar nesse caminho após cumprirem execução penal, não conseguirem trabalho formal, sofrerem enfermidades e prolongamento de tratamentos.

No caso de mulheres e jovens, aparecem relatos de violência doméstico-familiar e de fugas de relacionamentos abusivos e não reconhecimento intra-familiar de identidades a exemplo divergências religiosas, orientação e expressão de sexualidades. Pontos específicos sobre uso de entorpecentes e saúde mental também são indicadores da “saída”, relatados pela literatura internacional e nacional (GIMBA, CAVALCANTI, 2017; GIMBA, CAVALCANTI, 2018).

A população em situação de rua aparece como um segmento expressivo da **desigualdade social, sobretudo a partir das mudanças políticas, sociais e econômicas** mundiais das últimas décadas. Apresenta-se como uma **categoria social complexa**, fundamentalmente por conta da necessidade de se **considerar o processo de “vulnerabilização” como dinâmico e anterior à ida para as ruas**. Existe uma tendência, proveniente de abordagens contemporâneas, em se analisar e compreender as particularidades em que vivem essa população, principalmente no âmbito da saúde pública, a partir de uma redução desta condição complexa a um enfoque individualista e patologizante. (MENDES, RONZANI, PAIVA, 2019, p. 2, grifos nossos).

Tomada, nesta dissertação, como categoria social complexa, a situação de rua tem sido objeto de estudos e investigações avançadas na Pós-Graduação, com destaque aos eixos da Saúde e do Serviço Social. Em revisão sistemática, contemplando estudos delimitados para o continente americano, Mendes, Ronzani, Paiva (2019) alertam para forte tendência de observar zonas de riscos, além de enfoque na contextualização e levantamento minucioso de aspectos interativos entre as condições de desigualdade e pobreza.

No campo interdisciplinar e na produção acadêmica local, destacam-se os trabalhos de mestrado em Políticas Sociais e Cidadania de Miranda, (2014), Carvalho (2014), de doutorado em Família na Sociedade Contemporânea de Gimba (2018) e Engelman (2019)³, ambos programas de pós-graduação da Universidade Católica do Salvador. Vale ainda a menção ao Programa de Pós-Graduação em enfermagem da Universidade Federal da Bahia (PPGENF/UFBA), cuja produção tem cruzado as fronteiras entre saúde, cuidado e a população em situação de rua, sob a coordenação de Oliveira e Mirian Paiva.⁴

Como resultados, apontam a prevalência de adoção de metodologias participativas, para o enquadramento de países da América Latina. Destarte, a vinculação entre produção acadêmica já divulgada, aproximação com projetos sociais e a atualidade do objeto-tema-problema, ora delineado para desenvolvimento de Mestrado, compõem abordagem central e justificativas profissional, pessoal e de impacto científico.

Algumas dessas escolhas e opções metodológicas se aproximam não somente da coleta qualitativa, como também do respeito às narrativas coletadas e vivenciadas no cotidiano do Projeto social. De caráter dedutivo, tomando como corpus documental as vivências de pessoas em contextos relacionais, tais quais as institucionais e familiares, bem como referências documentais impressos - relatórios, informes, material de divulgação e de acesso, ainda acrescento uma decisão relevante e que se deu a partir das visitas no campo empírico.

A observação participante, *a priori*, não constava como uma possibilidade. No entanto, por ser uma técnica de investigação comum para captação de realidade social, tendo como premissa a ideia de que a observadora-autora partilha e transita, por experiência em conjunto, na medida em que as circunstâncias e os encontros permitem.

³ Estas teses encontram-se disponível no repositório da UCSAL. Ver repositório da UCSAL <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/123456730/264>

⁴ Docentes na Escola de Enfermagem da UFBA, líder do Grupo de Pesquisa em Sexualidades, Vulnerabilidades, Drogas e Gênero, vinculada ao Centro de Estudos e Pesquisa em saúde da Mulher - GEM/UFBA. Atuam na graduação e pós-graduação em componentes curriculares vinculados à saúde da mulher. Desenvolve pesquisas com a temática das drogas com foco na população feminina e em outros grupos vulnerabilizados, a exemplo de pessoas em situação de rua.

Destarte, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade podem ser mais do que descritos, compondo fluxo relacional, hábitos e expressões de convivência durante um determinado período.

Quando criança me questionava quanto à situação das pessoas que moravam na rua. Quem são essas pessoas? De onde elas vieram? Por que estão nas ruas e não em uma casa como a minha? Onde está a família daquelas pessoas? Pelo olhar apenas de uma criança, aquelas pessoas não me eram invisíveis. Por princípios religiosos ou morais, sempre acreditei, ou pelo menos desejei que todas as pessoas fossem iguais e tivessem os mesmos direitos. Se analisarmos sem muita propriedade a interação entre “pessoas (in)visíveis” e “cidadãs” muito provavelmente, serão unânimes reações de olhares amedrontados com uma expressão de acanhamento, aflição ou coação.

Muitas as verão como perigosas, violentas e preguiçosas que, estão sem trabalhar ou na rua porque querem, olhando-as com hostilidade. Fatos individuais e de esfera doméstico-familiar, bem como eventos da vida cotidiana que sinalizam “colapsos relacionais”, perda de emprego, indicadores de saúde física ou mental em agravamento e sem condições de apoio e cuidado podem ser os chamados “gatilhos” para que pessoas, ditas antes de estarem na situação de ruas, como “sujeitos comuns” ou, sem nada a depor contra, venham a ser violenta e equivocadamente vistos com tal hostilidade.

Aqui podemos apontar as “violências sobrepostas” (CAVALCANTI, 2018), agravadas por um contexto de contingenciamento de políticas sociais; pois, para além da origem, muitas são as situações cujas soluções devem ser integradas e interligadas. Incorporam mais do que a própria a pobreza e a falta de acesso à cidadania. Violência de gênero, institucional, o racismo, as múltiplas tipologias já normatizadas e aquelas que ainda não ganharam espaço jurídico-legal, com destaque maior aos contextos latino-americanos e brasileiro. Neste sentido, as urgências e as emergências de ações e de projetos que realmente tenham “escuta ativa”, propostas não reformistas ou somente de caráter assistencialista, contemplando proteção e garantia de direitos já transcritos para letras jurídicas.

A reação de muitos é a de fechar rapidamente o vidro do carro, apressar o passo ou atravessar para o outro lado da rua como estratégia para evitar abordagens pedindo esmolas. Outros tantos, os concebem como pessoas sem higiene, sujas e mal cheirosas. Há aqueles que sentem pena, piedade e as olham com

compadecimento. Outros, desenvolvem atitudes violentas, alguns xingam, agridem, queimam, matam, como vários casos lamentáveis noticiados diariamente pela mídia. (MATTOS, FERREIRA, 2004).

Entre as invisibilidades, faltam dados atrelados ao cotidiano e à real existência dos (in)vibilizados. Produção acadêmica e de instituições da justiça, com destaque à Defensoria Pública (DPE) e ao Ministério Público (MPBA)⁵ e saúde tem, nos últimos anos, alertado e criado estratégias para elaborar, informar e sugerir intervenções. Essas últimas sejam centradas nos indivíduos com foco no aspecto da dignidade e acessibilidade à justiça, sejam nas famílias, através dos contextos relacionais e de co-participação, quando possível, e nas comunidades pelos contextos sociais e de parcerias para além da moradia.

Há uma trajetória, desde 2015, em agenda interinstitucional para o Estado da Bahia que tornou parte das efemérides anuais, mas sobretudo convencionou uma “Carta Aberta”, publicada logo após o I Seminário de Direitos Humanos e População em situação de rua na Bahia, cujo eixo temático foram “as perspectivas para ampliar as alianças institucionais e agendas”.

Ocorrido nos dias 28 e 29 de outubro de 2015, foi um referencial para intenções descritas na carta. Reuniu agentes do sistema de justiça, professores(as), representantes de instituições governamentais, não governamentais como a Fundação José Silveira e do Movimento de População de Rua, da Pastoral Nacional do Povo da Rua, do Projeto Axé e instituições parceiras – Secretaria Municipal e Estadual de Saúde, de Educação, Justiça e Ação social, Segurança Pública, Superintendência de Políticas para as Mulheres do Município de Salvador (SPM), Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPS), Associação de Conselhos Tutelares e ex-conselheiros do Estado da Bahia (ACTEBA) e Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE).

O seminário refletiu a abertura de diálogos interinstitucionais, contemplando distintos debates sobre a população em situação de rua que convergem para a questão dos Direitos Humanos.

⁵ Desde 2015, instituições como MPBA, DPE, Universidades, Fundação José Silveira, Governo do Estado e Prefeitura de Salvador tem realizado eventos e reuniões (CIAMP), juntamente com POP RUA - movimento social organizado com sede na cidade mesmo e representatividade nacional. Em 2019, ganha novas contribuições e para além de formação e eventos, inicia-se projeto do Observatório sobre População em situação de rua, pela Defensoria do Estado (previsto para 2020).

O objetivo deste seminário era fortalecer os mecanismos de combate às violações de direitos universalmente garantidos e previstos no ordenamento jurídico brasileiro, bem como criar mecanismos de empoderamento do repertório de ações, legitimadas socialmente como potenciais indicadores de viabilidade e impactos positivos junto ao grupo, desenvolvidas pelas instituições governamentais e não governamentais (MPBA/UCSAL/FJS, Projeto, março de 2015).

Alcançou-se o intuito de contribuir substancialmente para ampliar, diante das necessidades, as possibilidades de se articular ações de curto e longo prazo envolvendo os setores públicos, privados, movimentos sociais e as instituições de ensino superior e investigação científica.

Vale destacar que a elaboração da Carta de Salvador, abaixo indicada em seus dez itens aprovados em assembléia, pode proporcionar interinstitucionalidade e planejamento de ações conjuntas e integradas.

1. Pessoa humana como foco de qualquer ação. Promover a mudança de cultura que viabilize abordagem e atendimento humanizado, nos quais os(as) cidadãos(ãs) em situação de rua sejam considerados(as) pessoas em sua plenitude de direitos e de garantias. Fortalecer políticas e práxis que determinam a criação de centros de referências também pela indicação de pessoas profissionais (técnicos de referência) para o acolhimento e encaminhamento na rede de políticas públicas.
2. Como proteção dos direitos humanos, coibir e enfrentar as violências sobrepostas, especialmente as violências institucionais e sociais, com destaque ao racismo e as múltiplas discriminações assinaladas pelas pessoas em situação de rua.
3. Viabilizar a realização de amplo levantamento demográfico através de censo da população em situação de rua na Bahia, mapeando-se inclusive suas características, trajetórias de vida, localização geográfica e ocupações.
4. Fomentar ações de educação, capacitação, comunicação e sensibilização que viabilizem um atendimento com dignidade às pessoas em situação de rua, bem como utilizar abordagens da educação formal, não formal e informal.
5. Promover o diálogo entre as instituições, mediante alinhamento, fortalecimento e manutenção de alianças e redes entre os diversos serviços

e políticas públicas, elaborando-se um fluxo de acolhimento e atendimento às demandas das pessoas em situação de rua e de agendas.

6. Promover através de ações, agendas comuns e coletivas, inserção de outras instituições com o intuito de maior conexão entre organizações governamentais, instituições não governamentais, universidades e a sociedade civil.
7. Estimular e facilitar diálogos nos mais diversos ambientes sociais e midiáticos, promovendo-se a solidariedade e a tolerância, com destaque às questões de gênero, sexualidades, LGBT, infância e adolescentes (de rua e na rua), raça-etnia (racismo institucional).
8. Diversificar, ampliar e divulgar os serviços, as ações e os centros de referências voltados à população de rua, garantindo-se que os mais diversos perfis e trajetórias sejam contemplados.
9. Elaborar estratégias para o acompanhamento e o monitoramento das políticas públicas, por intermédio do Ministério Público e das instituições competentes, incentivo às alianças institucionais e à avaliação dos(as) usuários(as) dos serviços, ações e centros de referência existentes.
10. Criação de uma comissão interinstitucional de população em situação de rua, observando instâncias representativas e possível criação de mecanismos coletivos de promoção de Direitos Humanos da População em situação de rua.

Oportuno se toma retomar a esse documento, pois além de especificar ações que vem ocupando agendas também no último quinquênio para ações coletivas, de caráter interinstitucional, esses mesmos tópicos se aproximam de marcadores e metas do próprio Projeto Levanta-te e Anda. Considerar como pessoa humana, primeiro propósito da Carta, e centralizar “como foco de qualquer ação” essa premissa concorre de maneira positiva com a missão e a metodologia anunciada pelo PLA.

“Ser consideradas pessoas em sua plenitude de direitos e de garantias”, fortalecendo a criação de centros de referências também pela indicação de pessoas profissionais, técnicos de referência, para o acolhimento e encaminhamento na rede de políticas públicas.

Entra aqui parte do arcabouço teórico - vinculado especialmente à ética do cuidado - buscando respaldar não somente a identidade, mas uma abordagem sobre

alteridades. Tomar a ideia de justiça (SEN, 2011) e de generosidade (LÉVINAS, 2012) abrem caminhos possíveis para olhar não somente a ação institucional, mas, sobretudo, o desejo e a esperança de vidas vivíveis (BUTLER, 2015), sem violências e protegidas pelo Estado, pela Sociedade e pelas famílias.

Esta aventura de ser é assim como uma aventura numa aventura (precariedade). **O ser dá-se aqui numa generosidade extrema, numa gratuidade, num desinteressamento extremos.** Observar-se-á que existem muitas virtudes cristãs no ser «pré-socrático» (generosidade, pudor, humildade, etc.), e que Heidegger quer ensinar que tais estruturas ou tais virtudes têm uma raiz no próprio ser. A única questão é a seguinte: não pressupõem estas significações éticas o humano no sentido de (o que é) rutura do ser? (LEVINAS, 2012, p. 57, grifos nossos).

Nas circunstâncias contemporâneas de guerra e de nacionalismo exacerbado, imaginamos que **nossas existências estejam ligadas a outras** com as quais podemos encontrar afinidades nacionais que seriam reconhecíveis para nós e que estariam em conformidade com certas noções culturalmente específicas sobre **o que é culturalmente reconhecível como humano.** (BUTLER, 2015, p. 69)

[...] necessidade de **uma teoria que não se limite à escolha das instituições nem à identificação de arranjos sociais ideais.** A necessidade de uma compreensão da justiça que seja baseada na realização está relacionada ao argumento de que **a justiça não pode ser indiferente às vidas que as pessoas podem viver de fato.** A importância das vidas, experiências e realizações humanas não pode ser substituída por informações sobre instituições que existem e pelas regras operam. (SEN, 2011, p. 33).

As citações acima retomam a noção relacional de existir e ser, ambos reconhecidos como basilares do humano. Não obstante, as interações cotidianas não sensibilizam a sociedade em relação à condição (sub)humana dessas pessoas o que acaba repercutindo e contribuindo para o processo de invisibilidade social. Não são reconhecidos como trabalhadores, a mendicância não é legitimada.

Em geral, são homens sadios em idade produtiva, não são considerados como cidadãos, tão pouco como humanos. Mesmo ocupando a cena pública, são relegados à experiência mais privativa, que é a de uma existência individual limitada a sobrevivência singular e diária. Integram o lixo humano, abandonados à própria sorte de conseguir sobreviver dia após dia, reproduzindo-se como *animal laborans*, que não deixa vestígios em lugar algum no mundo. (SCOREL, 2006, p. 220). [...] mais do que

um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna” [...] sem isso não se dirá que existe cidadão.” (SANTOS, 2012, p. 8).

Formada em Letras e em Direito, não me encontrava satisfeita com as regras, teorias e leis que me foram apresentadas ao longo da minha jornada acadêmica. Isto por que, em nenhum desses dois cursos, pude perceber o humano com direitos humanos efetivados em suas realidades. Afinal, dizem por aí que “direitos humanos é para humanos direitos”. Então, optei por conhecer e me aprofundar nos humanos que não conseguiram garantir os seus humanos direitos.

Quando você faz um trajeto e percebe que ali bem próximo a você tem um(a) morador(a) de rua, o que passa em sua cabeça? Provavelmente milhares de pessoas em todo o mundo ao transitar nas ruas do próprio bairro, em meio às atividades corriqueiras como as idas e vindas do trabalho, da escola, do mercado já tiveram a oportunidade de presenciar “pessoas (in)visíveis”, cuja situação é tão desumana, tão atroz que a sociedade faz questão de tratá-las de forma diferente sob vários aspectos e passa simplesmente a ignorá-las do campo de visão para evitar compartilhar sentimentos de medo, sofrimentos, angústia e dentre tantos outros. (BORDIGNON et al., 2011).

Na verdade, a convivência em sociedade e no meio urbano ensina a condicionar a visão para ser pautada no desviar o olhar ou adotar atitude de ignorar a presença. Essas pessoas não são consideradas cidadãs, mas figuras estranhas que fazem o papel da não pessoa o que acaba por implicar em uma relação de desrespeito e de aversão. (ESCOREL, 2006; VALÊNCIO et al., 2008).

Como Laraia (2011) afirma, não podemos negar nossas influências sociais, históricas e culturais; todavia, apesar dos seres humanos não estarem imunes a elas, o autor não os vê como robotizados, uniformizados, padronizados. Nas entrelinhas dessas repercussões existem as peculiaridades individuais, que é o que os diferencia dos demais.

Kubota, Pires e Neves (2008) argumentam que é imprescindível conhecer as características da história particular de cada pessoa que está nessa situação de rua, sem deixar de considerar as questões macrosociais relacionadas. “E por isso é interessante perceber que podem existir muitas perspectivas sobre o significado dessa experiência, isto é, podem existir várias maneiras de se significar essa realidade”. (KUBOTA, PIRES, NEVES, 2008, p. 231).

Tal trajetória e as escolhas - epistemológica, teórica e metodológica - são frutos da ambiência acadêmica e da emergente vontade de continuar a formação e intervenção para promoção de Direitos, de cidadania e de uma educação transformadora e promotora de justiça social, seja como educadora, seja como uma ativista do Direito.

Era essa a sensibilidade [...] que lhe **permitiu o acesso a uma experiência que traz as marcas da autêntica originalidade**. É o privilégio de alguém que foi o primeiro a pisar num terreno inexplorado e que dele extraiu, para as suas composições poéticas, **uma riqueza não apenas singular**, mas também de alcance surpreendente. (BENJAMIN, 2015, p. 37, grifos nossos).

Enquadrando essa investigação na linha de pesquisa Família nas Ciências Sociais e tendo como marcador central uma abordagem interdisciplinar sobre contextos relacionais (instituição, grupos sociais e familiares), lançamos as questões que norteiam e auxiliam no escopo inicial para descrever e analisar pessoas em situação de rua. Buscando, portanto, traçar o percurso institucional de projeto social Levanta-te e Anda, vinculado à Ação Social da Arquidiocese (ASA),⁶ almeja-se realizar estudo descritivo-analítico de contexto urbano de Salvador, Estado da Bahia, em experiência institucional de acolhimento de população em situação de rua, no intervalo de tempo entre os anos de 2008 e 2018.

Quais estruturas sociais, políticas e econômicas que condicionaram os sujeitos participantes do Projeto à situação de rua? Quais perfis étnico, social, político e econômico de integrantes na última década? Que mecanismos e estratégias não-governamentais desenvolvidas no âmbito do projeto de inclusão socioeconômica dirigidas aos participantes deste?

Em esfera mais privada, as diretrizes enveredam pelas razões e como estão compostas as relações de grupos sociais e familiares de integrantes do Projeto.

⁶ [...] é uma associação, vinculada à Arquidiocese de São Salvador da Bahia, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, de natureza eclesial, vinculada à Arquidiocese de São Salvador da Bahia, voltada para a promoção humana das populações pobres, realiza atividades sociais voltadas para a articulação de entidades e comunidades com vínculo eclesial, dentro da área de abrangência da Arquidiocese. Foi criada formalmente, no mês de janeiro de 2001. ASA articula as pastorais sociais da Igreja Católica em Salvador, com o desejo de que as atividades de cunho sócio-transformador tenham uma coesão, e em certa medida cada vez mais bem sustentadas pelos valores comuns oriundos das fontes de onde vem, o Evangelho. Está envolvida na organização do Seminário Arquidiocesano da Campanha da Fraternidade, Caminhada da Solidariedade, Grito dos Excluídos, Semana de Políticas Públicas, está ainda presente nos Conselhos de Direitos e na luta com outras forças vivas da Sociedade Civil Organizada, em defesa da vida. Disponível em: Disponível em: <http://www.asasalvador.org.br/quem-somos/> Acesso em: 12 jan. 2020

Ademais, assinalam para a verificação de condições de acesso à justiça e à cidadania, matizando em sentido ampliado a efetivação e a proteção garantidas pelas agendas e promoção de Direitos Humanos e Fundamentais, com destaque ao cenário brasileiro desde os anos 90.

Cada um dos capítulos estará composto e demonstram revisão de literatura, pesquisa empírica e análise qualitativa das fontes documentais elegidas, assegurando ordenamento a partir dos objetivos específicos e exposição desde contextos macro (internacionais, nacionais) ao micro (vivências dentro do projeto). Como objetivo geral da dissertação de mestrado aponta-se o mapear o percurso institucional e de seus integrantes aos longos da primeira década de atividades integradoras do Levanta-te e Anda.

Dentre os objetivos específicos e compondo, ademais, parte da organização em capítulos, apresento o ordenamento elaborado:

1. Historicizar o projeto social, integrado a ação não-governamental e desenvolvimento humano-social.
2. Pesquisar as estruturas históricas sociais, que submeteram os sujeitos à situação de rua.
3. Conhecer ações, planos, e programas desenvolvidos na esfera do Projeto Levanta-te e Anda.
4. Investigar o acesso à justiça e à cidadania, os contextos relacionais (sociais e familiares) de participantes do Projeto.

Em abordagem qualitativa, com uso de referencial interdisciplinar e instrumentos diversos para captação do percurso institucional em uma década de atividades, elegemos a multireferencialidade e composição de técnicas diversas como forma de aproximação, captação e observação participante de uma experiência singular e complexa.

Assim, o desenvolvimento de etapas e escolhas se deram da seguinte maneira:

1. Levantamento bibliográfico: Leitura e fichamento de referências; levantamento de dissertações e teses, artigos indexados e material produzidos por instituições governamentais (políticas públicas e marcos legais-institucionais) e não-governamentais.
2. *Corpus Documentae* construído a partir de registros orais-textuais – narrativas coletadas a partir de entrevistas individuais. Acessibilidade

através de cartas institucionais, trabalho voluntário para garantir observação participante - e inserção na Plataforma Brasil – aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Católica do Salvador sob o CAAE N° 20394819.2.0000.5628 - ver apêndices - para coleta de dados com sujeitos vulneráveis e com anuências e consentimentos exigidos.

3. Estratégias de coleta empírica, consolidada a partir de dois instrumentos qualitativos:
 - a) Observação Participante, a partir de um registro etnográfico, com uso de observação sistemática e apontamentos de diários de campo, acompanhamento de cenas e relações cotidianas e integradas aos objetivos institucionais;
 - b) Aplicação de Questionário, como recurso para captação de história de vida tópica, valorizando somente tempo integrado ao Projeto: Aplicação de questionários a cinco participantes do projeto. As questões serão fechadas sobre idade, sexo, escolaridade, moradia anterior, trabalho, renda, composição familiar, saúde, benefícios recebidos, participação em outros projetos.

Antes da realização das entrevistas, seguindo critérios de inclusão e exclusão, além da elaboração e aplicação com cinco integrantes do PLA, em vários meses foi realizada Observação Participante (2019 e janeiro de 2020), procurando contato direto, frequente e prolongado por parte da investigadora.

Tal etapa coaduna diretamente com o descrito abaixo e relacionado com os sujeitos da investigação.

Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. (CORREIA, 1999, p. 31).

Entre ética, autoria e escrita, a opção por sujeitos em situação de rua e cujas vidas deveriam ser “visíveis” e “dignas”, a abordagem metodológica não poderiam ser uma determinação prévia. Neste sentido, reafirmamos a inserção no âmbito das metodologias qualitativas, tendo pelo menos dois instrumentos de verificação, coleta e viabilidade, confirmando ser a observação participante e as narrativas próprias dos sujeitos e de suas experiências. Os elementos basilares para dar visibilidade, registro

e resgate de memórias e da existência relacional humana de forma coletivas, sociais e individuais dentro das epistemologias críticas e interpretativas.

A associação dos procedimentos reforçou objetivo geral e o mapeamento tanto do estudo singular do PLA, quanto possibilidade de aproximação de contextos relacionais de integrantes. Por isso, observar e entrevistar sinalizam a riqueza de experiências.

A Observação Participante é uma metodologia muito adequada para o investigador apreender, compreender e intervir nos diversos contextos em que se move. A observação toma parte no meio onde as pessoas se envolvem. Por um lado, esta metodologia proporciona uma aproximação ao cotidiano dos indivíduos e das suas representações sociais, da sua dimensão histórica, sócio-cultural, dos seus processos. [...] É uma abordagem utilizada quando o investigador está interessado na dinâmica de um grupo no seu meio natural, e não simplesmente na recolha de respostas individuais às questões (MÓNICO et al., 2017, p. 727).

2. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, CONTEXTOS HISTÓRICOS E AGENDAS PÚBLICAS

Existem dores na rua, mas também existem luzes na rua. Existe muita gente boa na rua, que a única coisa que falta é uma porta aberta. (Maria Lucia Santos Pereira, presidente do Movimento PopRua, 16 anos em SR, 2017.)

2.1 QUEM SÃO AS PESSOAS QUE COMPÕEM A “SITUAÇÃO DE RUA”?

É de se verificar que os países adotam terminologias diferentes para as pessoas que vivem nas ruas. No Brasil de PSR - pessoas em situação de rua,⁷ nos países nórdicos de cultura inglesa são chamadas de *homeless*, na França de *sans domicile fixe* (BRASIL, 2014). Essa denominação começou a ser utilizada a partir do ano de 2007 quando o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) deram início ao primeiro censo e pesquisa nacional.

Traçou-se naquele momento, como objetivo principal da pesquisa, levantar informações que permitissem quantificar e caracterizar as PSR, além de, auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas para esse segmento populacional (BRASIL, 2014; SILVA, 2013). Posteriormente, no ano de 2009, o governo brasileiro instituiu o decreto presidencial nº 7.053 que estabeleceu a Política Nacional de Pessoas em Situações de Rua (PNPSR). O documento no art. 1º, parágrafo único, caracteriza a população em situação de rua como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2014, p. 1).

Conforme dados da Pesquisa Nacional sobre PSR, realizada em 2007, pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 71 cidades brasileiras,

⁷ O conceito de Pessoas em Situação de Rua refere-se ao “conjunto de populações diversas que circulam pelas ruas e fazem dela seu local de existência e moradia, mesmo que temporariamente” (Schuch, Gehlen, 2012, p. 13-14).

verificou-se que havia à época, 31.922 pessoas adultas em situação de rua no país (BRASIL, 2008).

Esse quantitativo foi somado aos dados de pesquisas municipais realizadas em São Paulo, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte, totalizando cerca de 50 mil PSR. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para o ano de 2015, estimou a existência de 101.854 PSR no Brasil (IPEA, 2016). Contagem realizada na cidade de Salvador, Bahia pelo Projeto Axé, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, fez uma estimativa de que existiam entre 14.513 a 17.357 PSR no município. Não há dados oficiais sobre o quantitativo dessas pessoas no país, mas observa-se um crescimento acentuado em todas as regiões do Brasil.

Com base nesses resultados, podem-se elencar como principais: a população em situação de rua é **predominantemente masculina** (82%); mais da metade possui **entre 25 e 44 anos** (53%); 67% são **negros**; têm **baixo nível de renda**; 74% **sabem ler e escrever**; é composta, em grande parte, por trabalhadores (**70,9% exercem alguma atividade remunerada**); parte considerável da população em situação de rua é **originária do município onde se encontra**, ou locais próximos; e 51,9% dos entrevistados **possuem algum parente residente na cidade onde se encontram**.⁸

Cerca de 30% **estão na rua há mais de 5 anos**; sofrem **altos índices de discriminação** ao serem impedidos de entrar em locais como transporte coletivo, rede de saúde, outros órgãos públicos; a grande maioria (95,5%) **não participa de qualquer movimento social**; alguns **não possuem quaisquer documentos de identificação** (24,8%); e uma grande parcela **não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto** (61,6%); nem são **amparados por programas governamentais** (88,5%).

De acordo com os resultados desta pesquisa, as principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são: **alcoolismo/drogas** (35,5%); **desemprego** (29,8%); **problemas com familiares** (29,1); **perda da moradia** (20,4%); e **separação/decepção amorosa** (16,1%). (BRASIL, 2008).

Além dessa, foi realizada, em novembro de 2013 uma pesquisa na cidade do Rio de Janeiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), com o escopo de agregar uma estrutura administrativa necessária para que esta população,

⁸ Os grifos serão utilizados nos parágrafos que se seguem para demonstrar urgências e ausências, bem como caracterização geral da população de acordo com indicadores demográficos apresentados mais recentes.

futuramente, fosse incluída no Censo Nacional (IBGE, 2013). Uma das conclusões desta referida pesquisa é que o melhor horário para as entrevistas é no início da noite, que é quando as PSR estão mais concentradas em lugar só e ficam de vigília para se proteger dos perigos inerentes às noites nas ruas.

Com relação ao contexto internacional, uma pesquisa com países da Europa, realizada pelo Observatório Europeu sobre Pessoas em Situação de Rua (EOH), em 2014, mostra alguns dados semelhantes aos brasileiros, em grande parte dos países, os homens predominam entre essas pessoas, cuja maioria é relativamente jovem; e outros diferentes, como o aumento considerável dessa população associado à imigração. (BUSCH-GEERTSEMA et al., 2014).

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), de 2010 a 2015, a população de migrantes vivendo no Brasil cresceu 20%, chegando a 713 mil (ONUBR, 2017). Desse contingente, 207 mil vêm de outros países da América do Sul. Segundo o Censo da População de Rua de São Paulo, a presença de imigrantes vivendo em situação de rua é de 8% (BOEHM, 2016). São, portanto, diversos os grupos de pessoas que estão nas ruas.

O fenômeno de PSR não é novo e ganha contornos e explicações distintas de acordo com a conjuntura histórica e territorial. Escorel (2006), descreve que tal fenômeno “parece ser inerente a qualquer sociedade, tradicional ou moderna, hierárquica ou democrática, feudal ou capitalista” Escorel (2006, p. 24),. É decorrente de multifatorialidades, elencadas por profundas transformações políticas, sociais e econômicas que acometem todas as cidades, e que se revela de maneira mais intensa nas metrópoles.

Para Barata et al., (2015, p. 220), “viver nas ruas é um problema que ultrapassa a falta de moradia”. São diversos os motivos que comungam para o percurso de casa à rua, como: elementos estruturais presentes em dada sociedade e fatores de ordem pessoal. Sendo assim, ir para as ruas deriva da interação de elementos circunstanciais, pessoais, sociais e não apenas de fatores pontuais. (FERNANDES; RAIZER; BRÊTAS, 2007).

2.2 FAMÍLIA? LAR DOCE LAR?

Quando a gente tem uma família, que a gente fica apoiado na casa dessa família, beleza! E quando você não tem ninguém, que ninguém não te conhece, quem vai dar um voto de credibilidade de confiança a você? Quem?" (BETE, 52 anos, integrante do PLA).

A família, apreciada como um fenômeno universal, desde longo tempo vem sendo objeto de estudo e discussões em áreas do conhecimento que se conectam, que não se esgotam nem se restringem ao seu caráter biológico. Mas, no que se refere a outros tantos aspectos que à mesma está relacionada como, por exemplo, a socioafetividade, a maternidade, a parentalidade, a multiparentalidade, as fratrias, as subjetividades, a nomeação, as identidades, entre outros. (MOREIRA, 2017).

Sendo evidenciado de que nenhuma disciplina, isoladamente, seria suficiente para apreender a diversidade de tipos de famílias, enfatiza-se a importância de transitar pelas diversas disciplinas, a fim de se obter uma abordagem mais aprofundada acerca da temática. (CASTRO, 2015).

Em estudos sobre famílias, por mais que consideremos interdisciplinares, parece que correm em paralelo os estudos voltados a estratégias de sobrevivência, resiliências, adaptações, constituição de redes, vínculos, relações sociais como as de gênero e geração no âmbito da família, arranjos dos grupos familiares na cotidianidade. (CASTRO, 2001).

A interdisciplinaridade seria acionada para melhor compreender como a família é há um tempo uma relação social singular e, está inserida e modelada por várias relações sociais que compõem sistemas como os de gênero, geração, raça/etnicidade e classe social. (CAVALCANTI, 2015).

É necessária maior amplitude em estudos sobre contextos familiares e as relações que se dão internamente, até mesmo pela complexidade e pela conjuntura de intensas mudanças, acrescidos dos problemas sociais cuja compreensão e cujo equacionamento exigem, com urgência crescente, uma atenção e uma valorização adequada à sua condição.

As investigações científicas, no Brasil e no exterior, apontam que as relações familiares estão enfraquecidas, todavia, a família empenha-se em sua reorganização. (PETRINI, 2003). Ademais, essas mudanças aceleradas têm repercussão na vida

familiar, desde a concepção de masculinidade e feminilidade, a maneira de compreender a sexualidade, a maternidade e paternidade.

Considerada como expressão e conceito universais, desde longo tempo vem sendo objeto de estudo e discussões em áreas do conhecimento que se conectam, que não se esgotam nem se restringem ao caráter biológico. Ampliam-se olhares e análises relacionando elementos como a socioafetividade, a maternidade, a parentalidade, a multiparentalidade, as fratrias, as subjetividades, a nomeação, as identidades, entre outros. (LEDOUX, 2017; MOREIRA, 2017).

O desenvolvimento em sua integralidade e potência repercutem e se entrelaçam em contextos familiares e sociais. A família é identificada nas Ciências Humanas e Sociais como pilar das relações sociais, núcleo representativo do acolhimento, onde se originam tais relações (identidade); de onde o indivíduo se sente pertencer (alteridade) e onde ele se reconhece (reconhecimento).

Seguindo esse argumento e abordagem sociológica, a instituição-categoria família também representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, local para o exercício da cidadania, possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente de composições ou de novas formas de organização. Sua dinâmica é própria, afetada tanto pelo desenvolvimento de seu ciclo vital, como pelas políticas econômicas e sociais.

Entretanto, observa-se mudanças nas relações e nas formas de composição, bem como uma preocupação essencial sobre a “ética do cuidar”.

Deste ponto de vista, o **enfraquecimento das solidariedades familiares** tem o seu fundamento na necessidade que as sociedades industriais têm de controlar a sua reprodução e evitar a cristalização de solidariedades de classe e contestações através duma **intervenção ativa dos poderes econômicos e políticos na esfera familiar**. (PORTUGAL, 2014, p. 16, grifos nosso)

Se, por um lado esse processo permitiu uma abordagem mais aprofundada de aspectos específicos (antropológicos, sociológicos, psicológicos, educacionais, etc.) implicou por outro lado em certo esvaziamento do próprio objeto família, tendência que só muito recentemente começa a se reverter.

Para Donati (2008), o desenvolvimento da identidade pessoal é favorecida pelas relações familiares. Assim, fora dos ambientes cotidianos, não familiares, a relevância da família fica evidente.

Petrini e Alcântara (2015) afirmam que a vida familiar frente a busca da satisfação em meio a ambiguidades, evidencia-se que paralelo a resistências da família como lugar de identidades e diferenciação, há também uma adaptação às inovações socioculturais e tecnológicas com as quais tem interação, como também frente ao discurso plural relativo à ética e aos valores, pertinentes à contemporaneidade.

Como instância central para a prevenção e promoção da vida humana, a família sustenta as dinâmicas de reorganização. Desta forma, dá vida a pluralidades de formas, tornando-se alvo e agente de políticas públicas de promoção e cuidado à vida humana. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a família é a célula fundamental da sociedade. (CAVALCANTI, 2015).

Desta forma, Petrini e Alcântara (2015) trazem que a família é mediadora entre as pessoas em desenvolvimento e os contextos socioculturais mais amplos. Repercute também em âmbitos, como a vizinhança e poder público. Promove um espaço de relações e de construções de sentido. São as virtudes sociais. (DONATI, 2012). Neste contexto, estas relações se concretizam nos gestos de colaboração, confiança e empatia entre gêneros e gerações na família.

Scott (2010), em seu texto acerca da família e gerações, ratifica que a vivência contemporânea das gerações está marcada por uma tensão, além do que, abarcadas pelas polissemias, gerações e família são termos com diversos e variados sentidos. Com vistas à diversidade de definições, revela uma série de interseções entre gerações e família, ademais da categoria mobilidade. A polissemia acarreta vantagens e limitações. A mobilidade, que tem como resultado um deslocamento geográfico e social, desafia os estudos acerca das relações familiares e sociais. Tal assertiva coaduna com a inserção em novas realidades. Neste contexto, gerações históricas são percebidas por tempos em transformação, tanto no aspecto público quanto privado.

Gerações de parentescos e de família, mesmo sujeitas às oscilações de cada momento histórico e conjuntural vivenciado, assinalam sobremaneira a permanência e continuidade de estruturas que perduram. Famílias são compostas de gênero, geração, conjugalidade, sentimento de pertencimento, ideias de co-residência,

cooperação, solidariedade, autoridade, afeto, subjetividade, entre outras coisas. (SCOTT, 2010).

A família, portanto, pode ser considerada o mais intenso agente de socialização e deve ser reconhecida como uma unidade de cuidado, transmissora de valores, suporte emocional e criadora de estratégias de proteção para seus membros. Por isso, deveria contar com algumas condições para promover o acolhimento e pertencimento de seus membros. Entretanto, emerge o paradoxo sobre tais contextos de sociabilidade e desenvolvimento humano, mas também o locus de violências, tensões e conflitos.

2.3 PERFAZENDO HISTÓRIAS DO TEMPO PRESENTE: GANHANDO ESPAÇOS

Para compreender o contexto, é necessário considerar que a responsabilidade deve concentrar-se não apenas no valor desta ou daquela vida, ou na questão da capacidade de sobrevivência de modo abstrato, mas sim na manutenção das condições sociais de vida, especialmente quando elas falham”. (BUTLER, 2015, p. 59).

Andar por grandes cidades traz aos olhos mais que cantos e encantos. O número aumenta e força o uso de lentes mais potentes. Quem são essas pessoas? Porque estão nas ruas, viadutos, praças? Mas, como paradoxal que é o contexto, será essa a realidade? Pessoas em situação de rua, sem-teto, moradores(as) de rua, os “do bairro”. Sempre estiveram visíveis e ocuparam cantos. As razões são inúmeras e os números aumentam sem permitir cegueira. (CAVALCANTI, QUEIROZ, 2018)

Qual nossa capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade e comoção? (BUTLER, 2015). Não basta a assertiva e a revelação de que existem pessoas em situação de rua, vivendo precariedade absoluta. São sujeitos que se defrontam inclusive com a vulnerabilidade de seus próprios corpos, situações invasivas vividas, principalmente, por mulheres e meninas em situação de rua. Estas narram estupros e assédios; aproximações físicas de agentes públicos, nem sempre em abordagens de reconhecimento, etc..

Nesse contexto de violências sobrepostas, há que se imaginar que marcos legais e movimentos específicos já tivessem dado conta. Entretanto, o direito à moradia - considerado um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) – qualifica-se como universal. De caráter amplo também passou ao

direito constitucional em 2000, quando a Emenda Constitucional nº 26 foi incorporada à Carta Magna. A razão pela qual a inclusão desse tópico foi a vinculação direta com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Então, porque ainda ocupam os não lugares de morar? Entre o marco legal, políticas públicas, há que se “decidir” não esconder, invisibilizar ou transferir de lugar. Serve como reflexão para várias questões, como: o quão necessário é ter direito a uma casa, um lar com requisitos básicos à sobrevivência, para que se viva com dignidade? A urgência de um teto não pode virar a narrativa de uma vida: dez, vinte anos. Ultrapassa a esfera individual, como direito social, e sinaliza impacto e relevância social. Salvador consta com dados que vão dos 3,5 a 14 mil pessoas em situação de rua. (CAVALCANTI, QUEIROZ, 2018).

É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo. (SILVA, 2006, p. 95).

A gramática social traz expressões que denotam tal sentido: o isolamento da pessoa diante da realidade “do olho da rua” ou viver “na rua da amargura”. As metáforas colocam casa e rua como opostos. A primeira, vista e vivida como um lugar especial, marcada pela convivência familiar e acolhimento, o privado. (CAVALCANTI, QUEIROZ, 2018).

As ruas, como esfera pública, revelam um viver sem segurança, direitos ou qualquer privacidade. Maria Lucia, do Movimento Pop Rua, alertava sempre: “ninguém deseja ficar nas ruas”! As violações de direitos são muitas e a luta por garantias maior ainda.

2.3.1 Agendas internacionais: declaração universal de direitos humanos & dimensões econômicas, sociais e culturais

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a presente "**Declaração Universal dos Direitos do Homem**" como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar

o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.(ONU, 1948).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH - da Organização das Nações Unidas - ONU - legitima que todas as pessoas, sem distinção, são iguais, com direitos garantidos e não podem ser discriminadas. Outrossim, os direitos e obrigações das PSR estão instituídos na Constituição Federal de 1988, independente da cor, raça, religião ou condição social e econômica. O mesmo dispositivo constitucional traz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Do preâmbulo da DUDH evidencia-se que esta fora escrita sob o impacto das violências e violações cometidas durante a Segunda Grande Guerra (COMPARATO, 2011). Indubitável é que, a Declaração Universal de 1948 traduz a culminância de um processo ético que, inicia-se com a Declaração de Independência do Estados Unidos⁹ e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão¹⁰.

Em seu artigo I, a DUDH proclama os três princípios axiológicos que fundamentam a matéria de direitos humanos, quais sejam - liberdade - igualdade - fraternidade. Desta forma, uma retomada à tríade sagrada da Revolução Francesa. Cumpre aqui sinalizar que, a fraternidade, trazida à Declaração, não vem com caráter de princípio jurídico, mas sim como virtude cívica. (COMPARATO, 2011). Em seu artigo II, traz o princípio da igualdade, vital para a ordem social, não obstante se resguardar “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”. Em

⁹ A Declaração de Independência é o documento fundador dos **Estados Unidos da América** (EUA). O Congresso Continental das colônias britânicas na América do Norte aprovou a declaração no Salão da Independência, na Filadélfia, em 4 de julho de 1776. O documento proclamou que as treze **colônias** originais dos EUA eram “estados livres e independentes”. Foi o último passo de um longo processo que conduziu as colônias à separação definitiva em relação à **Grã-Bretanha**. Disponível em:<https://escola.britannica.com.br/artigo/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Independ%C3%Aancia-dos-Estados-Unidos/481124> Acesso em: 2 fev. 2020.

¹⁰ A **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** (em francês: *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*) é um documento culminante da **Revolução Francesa**, que define os direitos individuais e coletivos dos homens (tomada, teoricamente, a palavra na acepção de "seres humanos") como universais. Influenciada pela doutrina dos "**direitos naturais**", os direitos dos homens são tidos como **universais**: válidos e exigíveis a qualquer tempo e em qualquer lugar, pois permitem à própria natureza humana. Na imagem da Declaração, o "Olho da Providência" brilhando no topo representa uma homologação divina às normas ali presentes, mas também alimenta teorias da conspiração no sentido de que a Revolução Francesa foi motivada por grupos ocultos. Disponível em:https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_dos_Direitos_do_Homem_e_do_Cidad%C3%A3o Acesso em: 2 de fev. 2020.

decorrência deste princípio, vem a isonomia ou igualdade perante a lei. No que tange ao princípio da liberdade, este vem compreendido tanto na dimensão política quanto a individual.

Não sendo propósito da investigadora caracterizar cada sistema regional dos direitos humanos, cumpro aqui noticiar que, paralelo ao sistema global¹¹, o primeiro sistema regional a ser criado foi o europeu, tendo como tratado inaugural a Convenção Europeia de Direitos Humanos, de 1950.¹² No âmbito do sistema de garantias aos direitos humanos validados, foi criado em 1959, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), como órgão de interpretação e aplicação da CEDH aos casos que os Estados-partes, a Comissão, pessoa singular ou coletiva, ONG ou qualquer grupo de pessoas, lhe submeta. (QUADROS apud Oliveira, 2015). Vale ressaltar que a competência do referido Tribunal é tanto consultiva quanto contenciosa. (PEREIRA apud Oliveira, 2015).

2.3.2 Agendas Nacionais: Constituição Federal De 1988

O sistema constitucional brasileiro, desde a constituição cidadã¹³, permitiu que os tratados ou convenções sobre direitos humanos, o qual o país fosse signatário, possuíssem um caráter constitucional (COMPARATO, 2011). Após promulgação da Carta Magna de 1988, o país ratificou-se a uma série de tratados e convenções: em

¹¹ “Ao lado do sistema normativo global, surge o normativo regional de proteção, que busca internacionalizar os direitos humanos no plano regional, particularmente na Europa”. (OLIVEIRA, 2015).

¹² O texto da Convenção inclui as modificações introduzidas pelo Protocolo nº 14 (STCE nº 194), entrado em vigor em 1 de Junho de 2010. O texto da Convenção foi anteriormente modificado nos termos das disposições do Protocolo nº 3 (STE nº 45), entrado em vigor em 21 de Setembro de 1970, do Protocolo nº 5 (STE nº 55), entrado em vigor em 20 de Dezembro de 1971 e do Protocolo nº 8 (STE nº 118), entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1990, incluindo ainda o texto do Protocolo nº 2 (STE nº 44) que, nos termos do seu artigo 5º, parágrafo 3º, fazia parte integrante da Convenção desde a sua entrada em vigor em 21 de Setembro de 1970. Todas as disposições modificadas ou acrescentadas por estes Protocolos foram substituídas pelo Protocolo nº 11 (STE nº 155), a partir da data da entrada em vigor deste, em 1 de Novembro de 1998. A partir desta data, o Protocolo nº 9 (STE nº 140), entrado em vigor em 1 de Outubro de 1994, foi revogado e o Protocolo nº 10 (STE nº 146) ficou sem objecto. O estado das assinaturas e ratificações da Convenção e seus Protocolos, bem como a lista completa das declarações e reservas, podem ser consultados em www.conventions.coe.int Disponível em: https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf Acesso em: 1 fev. 2020.

¹³ Conhecida como Constituição Cidadã, é a que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro hoje. Desde a independência do Brasil em 1822, é a sétima constituição que nosso país tem – e a sexta desde que somos uma República. A Constituição de 1988 fez 30 anos em 2018 e é um marco aos direitos dos cidadãos brasileiros, por garantir liberdades civis e os deveres do Estado. Disponível em: <https://www.politize.com.br/constituicao-de-1988/> acesso em 31 jan. 2020.

julho de 1989 assinou a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura; em setembro do mesmo ano foi Convenção contra Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou degradantes; um ano depois ratifica a Convenção sobre Direitos das Crianças; em janeiro de 1992 o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; em setembro do mesmo ano foi a Convenção Americana de Direitos Humanos; em novembro de 1995 foi a vez da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher. Em agosto de 1996 aderiu ao Protocolo da Convenção Americana referente à Abolição da Pena de Morte e ao Protocolo da Convenção Americana referente aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em junho de 2002, vem o Estatuto de Roma que criou o Tribunal Penal Internacional e o Protocolo facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra Mulher; em janeiro de 2004 que foi o Protocolo facultativo à Convenção sobre Direitos da Criança, no que concerne ao envolvimento de crianças em conflitos armados, bem como a prostituição, pornografia infantil e vendas dessa. (MOREIRA, 2015). Depreende deste histórico de subscrição do Brasil em pactos internacionais de direitos que a integração da constituição com o direito internacional é imprescindível para a busca da efetivação dos direitos de uma coletividade e rompimento de fronteiras na busca de uma universalização de direitos.

Embora a Constituição Federal de 1988 garanta, a seus titulares de direitos que, todos têm direitos fundamentais garantidos, como o direito à vida, liberdade, igualdade e a segurança (BRASIL, 1988), segundo pesquisa publicada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016) com base em dados de 2015 projetou que o Brasil tem pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas, estima-se em 2015 que, vivem no Brasil, cerca de 101.854 pessoas em situação de rua. Viver nas ruas é sinônimo de estar sujeito a todo tipo de violações e violências, desde as psicológicas chegando às físicas, como foi a conhecido internacionalmente a “Chacina da Sé”, quando sete “moradores de rua” foram executados no ano de 2004.

Tabela 1- Municípios com e sem levantamento de população em situação de rua informado no Censo Suas 2015 por porte populacional

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole	Total
Não possui levantamento nem pesquisa	3.231	781	193	100	4	4.309
Possui levantamento ou pesquisa	688	262	132	166	13	1.261
Total	3.919	1.043	325	266	17	5.570

Fonte: Censo Suas 2015

A falta de uma contagem sistêmica populacional das “pessoas não domiciliadas” chamadas assim pelo Estado, justificada pela complexidade de execução de uma pesquisa periódica eficaz e efetiva, em razão da mobilidade incerta, vem, convalidar a invisibilidade social da população em situação de rua, bem como da implementação de políticas públicas para esta população.

Segundo Hallais e Barros (2015) tal invisibilidade se desdobra, por exemplo, na falta de documentação necessária para acessar serviços e benefícios sociais que o Estado garante, assim usurpando tal população aos direitos e garantias previstos na CF cidadã. Conforme Valencio (Valencio apud Valencio *et al.*, 2008), “a territorialização precária, para além das vulnerabilidades locacionais que lhes sujeitam a dimensões do desamparo”, gera violações que usurpa aos sem domicílio o acesso aos serviços. Na conceitualização de Scott (1998 apud Schuch, 2015), a *ilegibilidade* da população de rua – o conhecimento dos sujeitos, sua localização, métricas e padrões – lhes limita o acesso ao registro, monitoramento e fazer estatal.

A noção e as concretudes advindas de torturas, execuções e outras violações não são expressões literárias ou míticas. As vulnerabilidades se transformam em ondas de violências, traduzidas concomitantemente em racismo, machismo, divisão de classe e não reconhecimento do “outro” como pessoa. “Matar sem motivo”, “escapar ao controle”, “estava dormindo”, “só tinham papelões ali” ganham enquadramentos frequentes e nem sempre trazem “comoção”. Afirma Butler (2015, p. 16) que “apreender uma vida” (aqui nossa apropriação para sujeitos em condições de vulnerabilidades e precariedade) cria um problema epistemológico. Isso induz a outro “problema ético”, o de “definir o que é o reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação e a violência”.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional sobre PSR realizada em 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO) em 71 cidades brasileiras, verificou-se que havia à época, 31.922 pessoas adultas em situação de rua no país (BRASIL, 2008). Esse quantitativo foi somado aos dados de pesquisas municipais realizadas em São Paulo, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte, totalizando cerca de 50 mil PSR. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para o ano de 2015, estimou a existência de 101.854 PSR no Brasil (IPEA, 2016).

Em 2016, o dia 19 de agosto foi instituído como o dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Instituir uma data não é nem de longe suficiente para combater a violação de direitos que ocorrem, seja pela própria ação do Estado, seja pela invisibilidade social que sofrem essas pessoas.

É preciso que toda a sociedade rompa com a cegueira que leva a ignorar que existe um contingente populacional crescente a cada dia que, como disse Chico Buarque (1993), passa por processo de uma apartação social. Essa apartação é um processo pelo qual estigmatiza o outro como um ser “à parte”, é separar o outro, não só como um desigual, mas como um “não semelhante”. É uma forma contundente de cegueira social, um processo multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas que não dão conta da fragilidade e da dependência que eles (os “da rua”) passam todos os dias.

Nessa conjuntura nacional, independentemente de particularidades para cada uma das experiências vivenciadas, há que se salientar e tomar como elemento basilar de atenção a ideia de não “individualizar a condição da rua”. Afinal, não é uma escolha, um desejo viver em tal condição. Essa vivência “**tem intrínseca relação com fatores macroestruturais** de ordem socioeconômica e política, em especial, quando analisamos a formação histórica brasileira, marcada por um abismo social entre os diferentes segmentos de classe social” (MENDES, RONZANI & PAIVA, 2019, p. 3, grifos nosso)¹⁴.

¹⁴ Vale frisar como informação complementar que condições sociais e familiares estão também inseridas em contexto histórico e percorrem a “alquimia de categorias” (CASTRO, 1992), condicionando um olhar crítico sobre classe, territórios, gênero/sexo, ademais da questão raça/etnia/cor, como fatores de agravamento e acréscimo de vulnerabilizações vividas. Isso justifica também a escolha por metodologias qualitativas, com o intuito de ouvir, registrar, captar a experiência através da oralidade e das impressões, para além de dados apresentados em relatórios institucionais.

As políticas públicas são de responsabilidade do governo federal, dos estados e dos municípios brasileiros quanto à assistência social para a população em situação de rua no país. As garantias constitucionais de dignidade da pessoa humana e do direito à moradia já colocariam essa responsabilidade ao Estado, mas também foram feitas leis específicas para essa população, ainda que tardiamente.

Uma nação com 518 anos, só veio a ter uma Política Nacional para População em Situação de Rua em dezembro de 2009 e um Centro Nacional de Direitos Humanos da População de Rua e Catadores de Materiais Reciclados (CNDDH) nos anos de 2010, este último, sobrevivendo só até 2014. Mesmo com os avanços institucionais alcançados nos últimos anos, muito há ainda para se fazer até que a População de Rua tenha seus direitos assegurados de fato efetivado. Sem embargos, tal situação não tem sido enfrentada com a urgência e prioridade que deveria ser abarcada tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil.

E que sobra de tudo isso? Centenas de pessoas empobrecidas e descartadas com suas histórias de vida e laços familiares esquecidos ao longo de uma trajetória de exclusão e invisibilidade, numa sociedade que prefere a cegueira social ao enfrentamento das artimanhas da exclusão.

O fenômeno da população em situação de rua é presente, principalmente, nas médias e grandes cidades do planeta formando um grupo humano vulnerabilizado, estigmatizado e vitimizado. Tomando a experiência de uma década do Projeto, iniciado em 2008, revelam-se inúmeras experiências humanas e sociais, os dramas vividos pelas pessoas em situação de rua diante dos desafios que a invisibilidade social apresenta.

Para ser enfrentada de vulnerabilidade, há necessidade de ação-reflexiva coletiva e solidária, advinda de um conjunto de instituições e ações em forma de aliança.

Recuperar histórias de vida, individuais e coletivas, bem como registro, memória e histórias de um caminhar em comunidade, entram como foco desse momento de difundir, compartilhar e promover o presente-futuro. (CAVALCANTI, 2018).

As razões são inúmeras e os números aumentam, demonstram as “monstruosidades” das cidades que engolem seus cidadãos. Em prol da segurança, a cegueira ou a violência institucionalizada são vistas como meio e fins, especialmente no contexto de uso de entorpecentes, de zonas citadinas, assinalando falhas do

Estado, não governança justa e descarte de políticas sociais em troca do sopro securitário (PUREZA, 2019).

Mesmo com marcos legais e movimentos específicos já deveríamos ter dado devida atenção. Porém, o direito à moradia – considerado como fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) passou ao direito nacional (Emenda Constitucional nº 26/2000), promovendo vinculação direta ao princípio da dignidade. Então, porque ocupam os não lugares de morar? Há que se “decidir” não esconder, invisibilizar ou transferir de lugar. Quão necessário é ter direito à casa para que se viva com dignidade? A urgência de teto não pode virar a narrativa de uma vida: dez, vinte anos. Ultrapassa a esfera individual e sinaliza impacto social. Salvador está cartografada: de 3,5 a 14 mil pessoas em situação de rua (CAVALCANTI; QUEIROZ, 2018)

“Casa” e “rua” não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas concretas comensuráveis, mas, sobretudo, esferas de ação social, entidades morais, províncias éticas imbuídas de positividade, domínio culturais, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens. (DAMATTA, 1997. “A ideia de casa parece surgir como um local privilegiado, todavia, ela só faz sentido quando em oposição ao mundo exterior: ao universo da rua”. (DAMATTA, 1997, p.15).

Destaca-se que a relevância primordial para o desenvolvimento de uma pesquisa no âmbito social é sua contribuição para o desenvolvimento harmonioso num espaço onde se dão as relações, fenômenos e processos sociais, espaço esse protagonizado por nós, seres humanos, e que merece especial atenção e cuidado. (DESLANDES, GOMES; MINAYO, 2002). Desta forma, se faz urgente a necessidade de pesquisar as estruturas históricas sociais, que submeteram os sujeitos à situação de rua, buscando a responsabilidade conjunta da Sociedade e do Estado frente às origens deste crescente fenômeno e as necessárias intervenções em vista a superação deste.

3 PROJETOS SOCIAIS E ASSISTENCIAIS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: PROJETO LEVANTA-TE E ANDA E TRINDADE

Em que sentido, então, a vida excede sempre as condições normativas de sua condição de ser reconhecida?

(BUTLER, 2015, p. 17).

3.1 NÃO TINHA TETO, NÃO TINHA NADA: IGREJAS ABANDONADAS

O Projeto Levanta-te e Anda nasceu no final de 2007, mas foi instituído oficialmente em 2008, na Igreja São Francisco de Paula, Cidade Baixa, nos primeiros passos, a história do projeto começa com uma parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, com a ideia de ser um centro de convivência diurno das pessoas em situação de rua, num espaço onde se destacam os valores da solidariedade, do convívio fraterno, da irmandade, da coletividade, dos vínculos afetivos, da cultura do encontro, do acolhimento, da autoestima, da dignidade da pessoa humana e do amor.

Apresenta-se o projeto Levanta-te e Anda (PLA), que durante primeiros 10 anos vem realizando ações de incentivo à organização e à autonomia da população (adulta) de rua de Salvador, na luta e defesa de seus direitos, fortalecendo a autoestima e o conceito de cidadania. O diferencial deste projeto está nos princípios de valorização das individualidades e no estímulo à participação responsável, consciente, comprometida e voltada para a cultura da paz. Um serviço acolhedor, em favor dos oprimidos, garantindo a valorização das pessoas e a celebração da vida.

O objetivo do Projeto Levanta-te e Anda é viabilizar o atendimento e apoio à população em situação de rua de Salvador, especialmente da Cidade Baixa, através de um Centro de Convivência com ações relacionadas à assistência social, atendimento psicológico, higiene, alimentação, espaços que estimulam o desenvolvimento de capacidades e habilidades, para resgatar a dignidade humana e a cidadania.

O projeto desde a sua concepção apresenta um método que distância das formas convencionais de atendimento para a população em situação de rua. As pessoas acolhidas no projeto são chamadas de participantes, são protagonistas, exercendo o direito de escolha de participação, de tomada de decisões na ação-reflexão, através de atividades socioeducativas como a transformação de material de

reciclagem em arte e o cultivo da natureza. No artesanato, por exemplo, os participantes se percebem naquele processo de transformação, onde um material que foi encontrado no lixo se torna uma preciosa obra de arte e na jardinagem, eles sentem como o cuidado e o cuidar pode fazer a diferença na vida e assim vão sendo trabalhados os valores essenciais para a retomada dos vínculos e do sentido da vida.

A proposta metodológica do Projeto prevê a realização do trabalho com um grupo maior pela tarde atendendo entre 40 a 45 pessoas e pequenos grupos entre 6 a 8 pessoas no período da manhã, poucas pessoas por objetivar o fortalecimento e desenvolvimento de uma experiência concreta de sucesso. Este diferencial é condição para o fortalecimento das capacidades de autogestão e de trabalho coletivo.

Com uma metodologia voltada para o despertar, descobrir e preparar o Levanta-te e Anda tem os seguintes passos: (PLA. Dossiê, 2018).

DESPERTAR O DESEJO – O primeiro passo metodológico visa possibilitar aos envolvidos o fortalecimento da identidade individual da autoestima, do cuidado com o corpo, do cuidado de si, da visão crítica e do exercício coletivo de valores ético-morais relativos ao papel de cidadão. Nesta etapa são realizadas atividades socioeducativas, atendimento no serviço social com diversos encaminhamentos, orientações e outros serviços como tratamento e acompanhamento médico, o acesso ao bazar, banho, corte de cabelo, emissão de fotos, lavagem de roupas, acesso a mini biblioteca, jogos educativos, acesso à internet a programação televisionada e, principalmente, a refeição. Ocorre também o atendimento psicológico que faz a escuta de questões pontuais que causam angústia e tensões aos membros.

DESCOBRINDO OS DONS - o segundo passo busca desenvolver as relações interpessoais e as habilidades básicas de retomada a modos simples de produção e uma oportunidade de geração de renda, através da participação nas atividades de culinária, reciclagem, jardinagem e das oficinas de artesanatos. Estas atividades ocorrem sempre com acompanhamento e orientação por parte dos educadores e voluntários para favorecer o desenvolvimento das habilidades dos participantes, reforço escolar, atividades de informática.

PREPARANDO PARA O MUNDO DO TRABALHO – o terceiro e derradeiro passo metodológico do Projeto tem como objetivo favorecer o desenvolvimento de habilidades de interesse profissional, assim como estimular a escolha identificada com o seu desejo e aproveitamento de oportunidades. Aqui são realizadas orientações e

encaminhamento para cursos profissionalizantes e projetos de geração de renda. (PLA. Dossiê, 2018).

A Igreja da Trindade localiza-se na avenida Jequitaia, n. 165, no bairro Água de Meninos, na cidade baixa, próximo ao Mercado do Peixe. A antiga igreja, edificada no ano de 1733 e dedicada à Santíssima Trindade e Redenção dos Cativos (IPAC, 1975), acolhe desde o ano 2000, uma comunidade composta por pessoas que vivenciaram a situação de rua e por pessoas que não a vivenciaram.

O início da comunidade está relacionado ao pedido que, o então bispo da Arquidiocese de Salvador, dom Geraldo Magela fez a Irmão Henrique, peregrino da Trindade, para encontrar um espaço para acolher as pessoas em situação de rua. (ENGELMAN, 2019).

A comunidade da Trindade vive uma espiritualidade Trinitária e Peregrina. Constitui-se de três lugares de vida: o *caminho* – a Trindade Peregrina; *as ruas e seu povo* – a Trindade Rua, o *eremitério* – a Trindade do Mar. O *caminho* é o primeiro lugar de vida da comunidade, assumi-lo como lugar de vida é muito mais do que andar nele: é aprender a viver nele. Caminha-se nele, come-se daquilo que nele se encontra, nele se medita, dorme e se revigoram as forças. Caminha-se para orar, na ânsia do Infinito, que se presentifica no caminho. O caminho é também lugar do encontro com as diferentes pessoas, paisagens, culturas. “Todo encontro é divino quando o peregrino deixa a Trindade que nele habita encontrar Deus que habita no outro” (PEREGRINO, 2019).

A comunidade da Trindade realiza peregrinações, que duram em torno de uma semana ou quinze dias e são realizadas em diferentes regiões do Brasil, abertas às pessoas que dela desejam participar. *As ruas e seu povo* constituem o segundo lugar de vida da comunidade. Trata-se da Igreja da Trindade, a Trindade Rua, cuja vivência descrevi nos parágrafos anteriores. Análogo ao peregrino, que ao chegar na grande cidade, sem ter onde dormir, sem ter o que comer e sem ter dinheiro, é acolhido pelas pessoas que vivem nas ruas, na Igreja da Trindade se acolhe e se compartilha a vida com aqueles que vieram da vivência em situação de rua, num modo de vida característico àquele da rua: cozinha-se em fogão a lenha, dorme-se no papelão, reciclam-se os materiais catados nas ruas ou recebidos nas doações.

O *eremitério*, a Trindade do Mar, constitui-se de uma pequena e antiga capela, situada às margens do mar, na Ilha de Mar Grande, onde moram atualmente quatro homens da comunidade, dentre esses, o membro mais velho, padre Joãozinho. Este

espaço foi encontrado em 2008, em uma das peregrinações da comunidade. Nele vivia há 40 anos, o eremita Gabriel, cego e na companhia de seus gatos.

Do encontro com o eremita, nasceu uma amizade e pessoas da comunidade passaram a ali morar e dele cuidar até seu falecimento, em 2012. A presença do eremita, nesse espaço de frente ao mar, constituía-se em oração: “Aqui oro por toda a Humanidade sofrida”¹⁵, prática que ali se mantém viva até hoje. Também aqui, cozinhava-se em fogão a lenha, dorme-se no chão, camas ou redes. Tem-se ausência de água encanada, obtendo-se a mesma de um poço.

O eremitério, a Trindade do Mar é o terceiro lugar de vida da comunidade da Trindade e expressa que, mesmo que o eremita se retire do convívio dos outros, compartilha da mesma ânsia que habita o peregrino: é um sedento do Infinito. Embora com vivências diferentes, ambos bebem da mesma fonte.

Um eremitério não é apenas passagem para o peregrino: é pouso e repouso, é a árvore frondosa onde se aninha antes de realçar vôo. O eremita guia o peregrino nos caminhos da vida interior, o convida a caminhar ainda mais para dentro, a fazer do peregrinar exterior sempre mais um caminhar interior. O peregrino traz ao coração do eremita o perfume de outras solidões, a sinfonia de outros silêncios, a plenitude de outros vazios [...] Cada um acolhe no segredo de sua tenda o outro, e quando a distância física os separa, um arco-íris os aproxima na oração do coração” (PEREGRINO, 2019).

A comunidade da Trindade vive nesses três espaços que a constituem, que se justapõem um em relação ao outro, numa unidade significativa, na qual a vida se move de um espaço a outro: o caminho leva às ruas e seu povo, que a devolvem ao caminho, que a fará encontrar eremitérios para retornar novamente ao caminho.

Criada em 1733, a igreja da Trindade estava fechada fazia dez anos quando Henrique a encontrou. Mas quem era Henrique? Um homem que nasceu na França, onde vivia uma vida confortável, e que se propôs a partilhar a vida com outras pessoas, pessoas estas, desprovidas de tudo que se considera o básico para sobreviver.

Chegando a Salvador, viveu por 10 anos nas ruas, nos viadutos da cidade, até que, descobriu a Igreja da Ordem Terceira Santíssima Trindade, em Água de Meninos. O peregrino procurou o responsável pelo local com o objetivo de conseguir autorização para reabri-la para orações e para servir de morada a quem, como ele, tinha como cama as ruas da cidade.

¹⁵ Disponível em www.igrejatrindade.blogspot.com

Igreja, de um lado, pessoas, de outro, foram surgindo uma nova vida para ambos. Nos lugares dos bancos e das imagens de santos de antes vieram estantes para livros, cabides para as roupas, bichos de pelúcia para aconchegos, enfeites e quadros para as paredes, matéria catada nas ruas para virar arte. Era o início da Comunidade da Trindade, a primeira das três pontas da missão.

Fora da igreja organizaram uma cozinha, criaram na frente um belo jardim, e aos poucos foram reformando as casas do entorno, formando uma pequena vila de casinhas, pequeninas, mas acolhedoras, bem nas proximidades da avenida Jequitaia, uma avenida antiga e movimentada da cidade de Salvador que, porém, não torna a comunidade da Trindade visível aos olhos de quem por ali passa.

Todavia, para fazer parte da comunidade, uma única condição inegociável era e continua tendo o compromisso com a sobriedade, por parte de cada um, e com a comunidade, por parte de todos. Abrigados em duas igrejas abandonadas na localidade de Água de Meninos, os projetos da Comunidade da Trindade tem como objetivo dar dignidade a vida de moradores em situação de rua.

Conta o Peregrino que tudo ia caminhando bem, com os moradores “estabilizados”, entretanto faltavam os meios de se ganhar o próprio dinheiro. “O que os impedia de voar com as próprias asas era a geração de renda. É sempre muito difícil para alguém que passou pelas ruas encontrar trabalho” (Henrique Peregrino, 2019).

A preocupação lhe tirava o sono, até que numa madrugada lembrou-se dos jornais de rua que via na França e em outros países da Europa. Foi a São Paulo conhecer a experiência da revista Ocas e até pensou em trazê-la para vender aqui, mas a publicação era muito cultural e muito paulistana, não tinha como vingar.

Reforçada a ideia de criar uma publicação soteropolitana inovadora, que não apenas fosse vendida por pessoas em situação de rua. Contando suas próprias experiências e temas relacionados com as vivências desse grupo, objetivava criar identidade e ocupar um meio de comunicação nesse nicho editorial.

A visão clássica é a da vitimização, de achar que eles são coitadinhos, ou da criminalização, de achar que são bandidos. A comunidade sabia que a realidade não era nem uma, nem outra. Sabia de toda beleza que existe mesmo nas trevas das ruas. Então, pensamos em juntar as duas coisas: partilhar com a sociedade um olhar diferenciado sobre esta temática e ao mesmo tempo ser uma proposta de geração de renda. (PEREGRINO, 2018).

A ideia levou um ano sendo maturada, em encontros que reuniam 15 pessoas, entre as cerca de 40 que viviam na comunidade. A Ação Social Arquidiocesana (ASA), vinculada à igreja católica, passou a dar apoio institucional à empreitada.

Nascido em 2007 e idealizado pela Ação Social Arquidiocesana e Comunidade da Trindade, foi instituído oficialmente em 2008 na Igreja São Francisco de Paula, Cidade Baixa de Salvador. O projeto tem um centro de convivência para as pessoas em situação de rua. Período de intenso crescimento desse grupo na capital, a missão era ir além do acolher. Baseado em valores e princípios de solidariedade, convívio fraterno, coletividade como referência de vivência, vínculos afetivos, cultura do encontro, acolhimento, autoestima, dignidade da pessoa humana e amor.

Realiza há onze anos (as comemorações sempre remetem ao dia 14/11), ações de incentivo à organização e autonomia, na luta e defesa de direitos, além de participação responsável, consciente, comprometida e voltada para a cultura da paz e desenvolvimento laboral. Tem como objetivo atender e apoiar população em situação de rua, através de assistência social e psicológica, higiene, alimentação, resgate de dignidade e cidadania. São protagonistas valorizando auto-gestão, ação-reflexão e trabalho coletivo através de atividades socioeducativas (culinária, reciclagem, artes, jardinagem), cuidando de si e de seu entorno.

3.2 LEVANTA-TE E ANDA: A LUTA CONTINUA EM COLETIVIDADE

De ideias e práticas religiosas, a ocupação de três igrejas abandonadas, em tempos distintos, abre uma possibilidade de convivência e de contextos relacionais, dedicando-se especialmente a pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade ou que precisem acolhimento.

Como já relatado acima, a entrada sempre tem portas abertas. Entretanto, o processo didático e de aproximação está delineado em etapas, promovendo dignidade e preservando a vontade de estar, ser, relacionar de cada pessoa que chega. Cada uma das etapas foi identificada e mantém-se como referência, para que seja uma decisão individual, mas permita vivência coletiva.

- a) despertar o desejo, incentivando autoestima, cuidado, visão crítica e cidadã, contando com diversos encaminhamentos, orientações e serviços;

- b) descobrir dons, com ênfase nas relações interpessoais e habilidades básicas (trabalho, educação, saúde);
- c) preparando para o mundo do trabalho, através de cursos profissionalizantes e projetos de geração de renda que possam impactar em suas vidas.

Tem como objetivo geral “viabilizar atendimento e apoio a moradores em situação de rua (população adulta) do município de Salvador, especificamente da Cidade Baixa, através de um Centro de Convivência” (Relatório Técnico, 2018). Esse espaço está estruturado a partir de ações relacionadas aos campos da assistência social, atendimento médico e psicológico, procedimentos de higiene (banhos, roupas, etc.), alimentação, estimulando o desenvolvimento de capacidades e habilidades, para resgatar a sua dignidade humana e a sua cidadania.

A partir do levantamento de dados oficiais do Projeto, consegue-se delimitar também ações específicas e parte de suas estratégias e agendas de atendimento, acompanhamento e avaliação das pessoas que integram o perfil sociodemográfico (cerca de 1500 desde 2008).

Para aproximação também como coleta e análise de dados, pode-se destacar os seguintes pontos:

- a) promover a criação de um espaço de difusão e partilha da experiência vivida dentro do Projeto Levanta-te e Anda durante esses dez anos.
- b) abrir diálogo com sociedade civil e integrantes, difundindo e compartilhando experiências e resultados do percurso realizado na última década;
- c) conhecer as experiências individuais e coletivas, dados demográficos e narrativas através de relatos, exposição de pôsteres, apresentações culturais e de material audiovisual;
- d) divulgar demografia e resultados do trabalho efetivado ao longo dos dez anos de ação do Projeto;
- e) dinamizar ações coletivas e integradas entre instituições e sujeitos, viabilizando novas agendas, avaliação do já realizado e planejamento futuro.

Conta com parcerias e articulações institucionais como Fórum Permanente de Discussão da População de Rua de Salvador, SESC Programa Mesa Brasil, Posto de Saúde - Centro Histórico, Narcóticos Anônimos, Cooperativa de reciclagem CAMAPET, Defensoria Pública, Universidade Católica do Salvador, Centro de Convivência Irmã

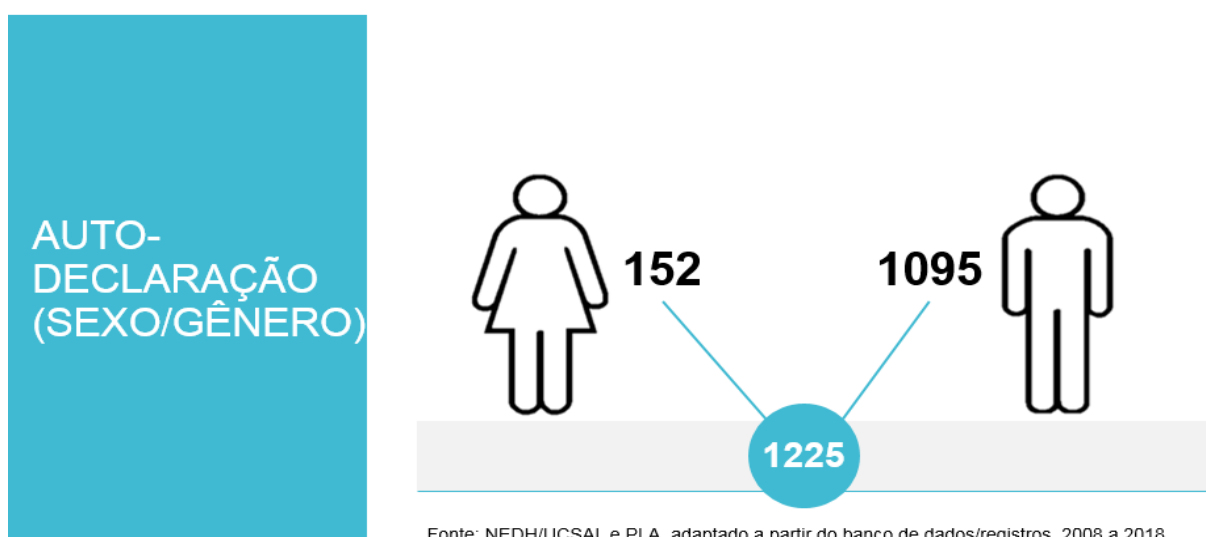
Dulce dos Pobres, Colégio Antônio Vieira, Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua (CIAMP), Grupo de Capoeira Topázio e Pastoral Povo de Rua Arquidiocesana.

Nessa década, o projeto tem muito a comemorar, mas também muito a planejar para o futuro. Evidencia os princípios de valorização das individualidades e coletividades no estímulo à participação responsável, consciente e comprometida por parte do público atendido, em sua maioria homens adultos.

Um serviço voltado para a garantia de direitos e um agir libertador em favor da vida, tendo a ternura e a acolhida como focos, além de proporcionar sua maior força: Levanta-te e anda! Com apoio comunitário e de alianças institucionais que marcam a centralidade na pessoa (Relatório técnico, 2018, p. 11).

Alguns dados previamente coletados para o perfil sócio-demográfico de uma década de atividades desenvolvidas no espaço e matizadas pela abordagem educativa-assistencial sinalizam características relevantes.

Figura 1 – Auto-declaração (sexo/gênero)



Os dados para sexo/gênero e raça/etnia/cor foram tomados como espontâneos e registrados no banco de dados do Projeto, sendo instruídos desde 2008 até novembro de 2018, com metodologia e delineamento próprios, elaborados pela equipe técnica e coordenação.

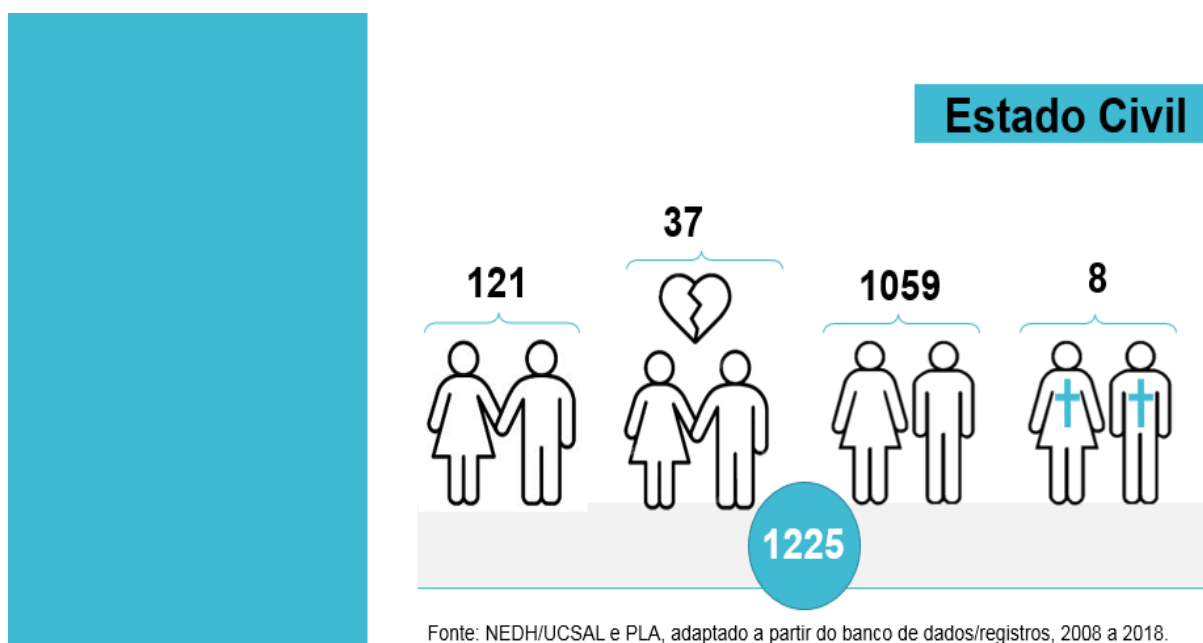
Inicialmente apontam já caracterização que se aproxima dos dados nacionais e estaduais, indicando maioria de sexo/gênero masculino e prevalência de negros/pardos. Deste modo, apresento aqui a necessidade de enveredar por abordagens teóricas e epistemológicas que tragam a ideia de interseccionalidade ou alquimia das categorias (Castro, 1992) como suporte, além de material sobre masculinidades, pobreza, vulnerabilidades/vulnerabilizações. Como estes elementos foram consolidados a partir do relatório técnico, elaborado e integrado na equipe também por mim, apresentados publicamente em novembro de 2018, não houve ainda tempo de novo levantamento e revisão para essa defesa.

Figura 2 – Composição étnico-racial de integrantes do Projeto



Outros dados captados através dos informes internos do PLA, para o decênio 2008-2018, também revelam o olhar sobre as urgências e as ausências (Santos, 2009, 2012 e 2016). As relações familiares e conjugais apresentam-se com diversos detalhes como composição, rupturas e conflitos que podem ser motivações da “saída” de casa e ruptura de vínculos.

Os primeiros itens que revelam essa representação pode ser visualizado nos quadros a seguir:

Figura 3 – Composição conjugal de integrantes do PLA (2008-2018)**Figura 4 – Motivos apontados para saída**

Motivos	Sinalizações
Desemprego	83
Albergue/C. Recuperação	10
Documentos	04
Ruptura/Conflitos familiares	299
Drogas e Álcool	238
Crime/Tráfico/Prisão	70
Migração	25
Saúde mental/doenças	17
Prostituição	4
Sexualidades (LGBT)	13

MOTIVOS*
coleta simplificada
anamnese

Fonte: NEDH/UCSAL e PLA, adaptado a partir do banco de dados/registros, 2008 a 2018.

A frequência (anamnese, coleta simplificada) foi utilizada para as opções elencadas em cada “acolhimento inicial”, podendo constar mais de um elemento, repetirem-se ou ainda terem sido agrupados por categorias elaboradas pela equipe técnica e acadêmica-científica para facilitar composição, visualização e análise cruzada.

4 COLHENDO EXPERIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: PERCURSO METODOLÓGICO

O escopo da pesquisa reside na identificação de conceitos, processos relacionais e reflexões que servem de alicerce à construção identitária de pessoas que encontram-se em situação de rua e envolvidas em projeto socioeducativo delineado acima (Levanta-te e Anda, associado à ASA). Buscar-se-á, com isso, compreender as diversas representações sociais - individuais e relacionais, incorporando categorias como família e gênero (Dias, 2017 e 2018), ademais de visar uma análise ontológica sobre “vidas vivíveis” (Butler, 2015), dignas e de acesso à cidadania e à justiça sociais (PEDROSO, 2011; PEDROSO, CASALEIRO & BRANCO, 2016; ESTEVÃO & CARVALHO, 2013).

Para Richardson (1999, p. 70), o método representa “a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”. Este trabalho é um encontro necessário e método-metodológico entre vivências com o Projeto Levanta-te e Anda e a pesquisa acadêmica. Este é o primeiro procedimento metodológico. Destacamos, também, a adoção de uma entrevista semi-estruturada, aplicada junto a cinco pessoas integrantes do projeto, a partir de um formulário composto de 05 questões, descritas com o respectivo conteúdo no ponto xx da xxx seção.

Um terceiro procedimento aplicado, no formato de entrevista gravada, aplicado em três níveis diferenciados: entrevista individual, entrevista em grupos de cinco pessoas e debates abertos no coletivo do Projeto. O conjunto das entrevistas será transcrito e o seu conteúdo impresso e apresentado aos autores, os quais revisitaram o teor e passarão a propor ajustes de linguagem e forma, bem como a dar coerência lógica às ideias. Assim, o conteúdo, que se encontrará inserido da Introdução à Conclusão, será resultado de um longo trabalho de fala, escuta, debate, leitura, re-elaboração, com o propósito de transformá-lo, em breve, numa produção própria em sua íntegra.

Ao enveredar pelo campo do Direito, da História e da Sociologia, buscar-se-á aproximações multidisciplinares que contemplem instrumentos e técnicas qualitativas e quantitativas de análise de conteúdo de registros no âmbito do Projeto. Deste modo, os marcadores que compõem o desenho temporal são os anos de 2008 a 2018 (início do projeto aos dias atuais), a partir de pessoas que estão ou que passaram pelo

Projeto, compondo não só a década de atuação como ação social vinculada à ASA, mas a partir das narrativas e registros memorialísticos levantados.

Através das entrevistas, a pretensão foi chegar à história de vida - HV -, uma narrativa em profundidade na qual o (a) pesquisador(a) constantemente interage com participantes. Tal procedimento e técnica permitem também correlacionar com a observação participante, tendo como principal função retratar as experiências vivenciadas, narradas e contadas (BOSI, 2003). Existem dois tipos de HV: a completa - que retrata todo o conjunto da experiência vivida; e a tópica - que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão (MINAYO, 1993).

De acordo com o foco da pesquisa, será utilizada a história de vida tópica, buscando permitir que a(o) informante retome sua vivência em retrospectiva e a partir desses relatos encontre o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.

Por se tratar da metodologia qualitativa, as perguntas foram flexíveis e semi-estruturadas, somente como roteiro orientador e de retomada de eixo, sendo possível recuperá-las e refazê-las ao longo do encontro, caso necessário. Sendo assim, as perguntas aqui elencadas são apenas indicadores categóricos, processadas conjuntamente com a observação participante para abrir diálogos e interações.

O roteiro orientador tem caráter parcial e foi elaborado previamente para a primeira sessão. Configurando como técnica-método em construção e de abordagem participativa e dialógica, além de exigir pelo menos dois encontros para coleta e anotações em diário de campo para revisão entre uma e outra sessão narrativa.

Reputando-se aos objetivos da pesquisa, verifica-se que o estudo apresenta as características de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e documental. Em virtude de esta permitir explorar o contexto e os atores sociais para uma melhor compreensão, apresentando um aspecto detalhado das informações obtidas. Como instrumento de coleta realizou-se entrevistas em profundidade com pessoas que tenham vivenciado o Projeto no período indicado, preservando a confidencialidade e sigilo, conforme recomendações éticas de pesquisa.

Para atingir os objetivos propostos optou-se por desenvolver um estudo descritivo exploratório. Conforme Gil (1999), tal modalidade de pesquisa requer uma aproximação com o objeto pesquisado tendo em vista a ampliação do tema investigado. Os estudos exploratórios costumam incluir levantamento bibliográfico, entrevistas e estudo de caso, privilegiando ampla varredura de material pertinente aos eixos temáticos selecionados, entrevistas em profundidade, após amostragem

panorâmica do universo atendido pela instituição entre os anos de 2008 e 2018, e valorização e análise a partir da experiência vivenciada e (re)contada em pesquisa com sujeitos ativos e que tenham aceito inserção a partir de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido estruturado e elaborado para inscrição na Plataforma Brasil.

Dado o caráter da pesquisa realizada e crendo que, para se conhecer qualquer fenômeno, há que ser considerada subjetividades e experiências potencializadas pela aproximação com o Projeto Levanta-te e Anda, buscou-se uma constante articulação entre as subjetividades presentes – a intersubjetividade, componente do encontro entre a pesquisadora, sujeitos da pesquisa, participantes do projeto, e o referencial teórico.

Todos os elementos e procedimentos que constituíram a pesquisa que viabilizaram o presente trabalho buscou se harmonizar tanto com o objeto como com os objetivos a que a mesma se propôs. Por isso, elegeu-se realizar uma pesquisa quanti-qualitativa com delineamento de estudo de caso. Quanto aos sujeitos, o acesso a estes se deu pela aproximação acessibilidade, e concordância em prestar informações e integração aos eixos do projeto.

Elencados os provisórios métodos de pesquisa, é de valia abordar as questões éticas. Neste diapasão, os dados colhidos junto aos pesquisados foram obtidos em respeito às salvaguardas éticas da resolução CFP, nº 016/2000, que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, carta de parceria institucional, indicando que poderão ser atendidos pelo serviço já realizado e integrado ao próprio Projeto, conforme Apêndice X. Isto porque ética em pesquisa “exige analisar previamente os possíveis riscos e benefícios do projeto para todos os envolvidos, principalmente aqueles em situação de maior fragilidade”. (VASCONCELOS, 2002, p.189).

Figura 5 – Quadro Metodológico

Tema/delimitação	Questões norteadoras	Objetivos	Metodologia
<p>Percurso institucional de projeto social Levanta-te e Anda: Pessoas em situação de rua, vida comunitária e direitos humanos.</p> <p>O estudo será realizado no Projeto Levanta-te e Anda, zona urbana de Salvador, Estado da Bahia. Trata-se de local de acolhimento de população em situação de rua, no intervalo de tempo entre os anos de 2008 e 2018.</p>	<p>Instituição – Indivíduos – Grupos sociais e familiares.</p> <p>2. Quais estruturas sociais, políticas e econômicas que condicionaram os sujeitos participantes do Projeto à situação de rua?</p> <p>3. Quais perfis étnicos, social, político e econômico de integrantes na última década?</p> <p>Quais os mecanismos e estratégias não governamentais desenvolvidas no âmbito do projeto de inclusão socioeconômica dirigidas aos participantes deste?</p> <p>Como são compostas as relações de grupo sociais e familiares de integrantes do Projeto?</p> <p>1. Quais as condições de acesso à justiça e à cidadania dos participantes do Projeto?</p>	<p>Geral: Mapear e analisar o percurso institucional e de seus integrantes aos longos dos 10 anos de atividades.</p> <p>Historicizar o projeto social, integrado a ação não-governamental e desenvolvimento humano-social.</p> <p>Pesquisar as estruturas históricas sociais, que submeteram os sujeitos à situação de rua.</p> <p>Conhecer ações, planos, e programas desenvolvidos na esfera do Projeto Levanta-te e Anda.</p> <p>Investigar o acesso à justiça e à cidadania, dos participantes do Projeto. (esse deve estar com Historicizar)</p> <p>Pesquisar sobre os grupos sociais e familiares dos participantes do Projeto;</p> <p>Aqui praticamente sairá seu Plano de Sumário (cada objetivo se transforma em capítulo posteriormente)</p>	<p><i>Abordagem qualitativa, com uso de referencial interdisciplinar e instrumentos diversos para captação do percurso institucional em uma década de atividades, se fará em algumas etapas, quais sejam:</i></p> <p><i>Levantamento bibliográfico:</i> Leitura e fichamento de referências; levantamento de dissertações e teses, artigos indexados e material produzidos por instituições governamentais políticas públicas e marcos legais-institucionais) e não- governamentais (ASA – veja na net – vinculado à Arquidiocese.</p> <p>Corpus Documentae construído a partir de registros orais-textuais – narrativas e registros visuais – fotografias e desenhos. <i>Acessibilidade através de cartas institucionais, trabalho voluntário e inserção na Plataforma Brasil – CEP/UCSAL para coleta de dados com sujeitos vulneráveis e com anuências e consentimentos exigidos.</i></p> <p><i>Etnografia com uso de observação sistemática e apontamentos de diários de campo:</i> Elaboração de Roteiro de observação. A observação se desenvolverá nos espaços de encontros e reuniões, e demais atividades.</p> <p><i>Aplicação de Questionário (como recurso para captação de história de vida, valorizando somente tempo integrado ao Projeto):</i> Aplicação de questionários a 10 participantes do projeto. As questões serão fechadas sobre idade, sexo, escolaridade, moradia anterior, trabalho, renda, composição familiar, saúde, benefícios recebidos, participação em outros projetos.</p> <p><i>Entrevista:</i> Elaboração e aplicação de entrevista semiestruturada para lideranças do Projeto.</p> <p><i>Eu misturaria quest-entrev para uma coleta única através de história de vida (Irmã Lena, e 4 integrantes, valorizando diversidade étnica, sexo/gênero, território de origem, etc)</i></p>

4.1 LAÇOS E ENLAÇES: NARRATIVAS DE PESSOAS EM EXPERIÊNCIAS RELACIONAIS

Das experiências humanas e da vivência nesses últimos dois anos junto ao PLA, seja em atividades internas até eventos de divulgação das atividades do primeiro decênio, é fundamental indicar - como pesquisadora, advogada e educadora - que a escuta e o retorno aos sujeitos envolvidos em investigação acadêmica também incluem mais que letras impressas em um texto, artigo ou comunicação oral.

Suas histórias e suas experiências devem ser cuidadosamente descritas e analisadas. No caso em tela, sujeitos em situação de rua, com múltiplas violações de Direitos Humanos, rupturas relacionais e multifatorialidade para causas de ingresso em condição de vulnerabilidades, a manutenção de suas falas e o destaque de categorias analíticas se dá ao mesmo tempo em que se transcreve, avalia, revisa cada um dos momentos de observação participante e de entrevistas.

Os participantes foram incluídos por demanda espontânea, que quiseram participar voluntariamente da pesquisa, maiores de idade, de ambos os sexos/gêneros, integrantes a mais de seis meses no Projeto, com capacidade de oralidade e entendimento. Foram excluídos pessoas que, ao lerem o Termo de Consentimento, discordou em participar do estudo ou que em qualquer momento demonstrou desejo de interromper a entrevista. Ademais, foi utilizado como instrumentos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Roteiro de Entrevista.

A(o)s sujeitos da pesquisa foram convidados/as a responder a entrevista. Primeiro foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mostrando a finalidade e procedimentos do estudo, em seguida, foram coletadas as informações de forma a compor o perfil sociodemográfico e ocorrerá a aplicação das entrevistas.

Em observação participante, os meses de junho de 2019 e janeiro de 2020 foram essenciais para aproximação, coleta e revisão de material. Apesar de terem sido, inicialmente, indicadas entrevistas com cinco integrantes, a viabilidade se deu tão somente com três pessoas inseridas no PLA para o período em apreço e contemplando todos os critérios envolvidos para garantia de ética na pesquisa.

Das narrativas, os extratos serão trazidos como fonte primária, mantendo as singularidades de cada expressão, escolha de um nome fictício para manutenção da confidencialidade e sigilo diante de experiências pessoais e familiares que são extraídas de cada contato.

Os sonhos, as rupturas, os motivos e as relações familiares são contadas e lembradas ao longo de cada entrevista com o pesar de vivências precárias. A situação de rua é anunciada como decorrência de migração, desemprego, dependências químicas e conflitos familiares. Aqui vale frisar que um dos critérios de exclusão era justamente a capacidade e saúde mental, deixando de lado muitas histórias e casos extremos, envolvendo esse tópico.

Eu sou de Caruaru, Pernambuco. Lá a situação é muito difícil e eu quis vir. Vim me aventurar. Como muitos nordestinos que sai daqui e vai para São Paulo. Chega lá e quebra a cara. Foi o que aconteceu comigo. Saí de lá muito jovem, sem experiência nenhuma e vim parar em Salvador, porque eu imaginei que se qualquer coisa acontecesse de errado, eu poderia ter condição de voltar [...] Foi puro engano". (Bete, 52 anos, 20 em SR)

As relações familiares foram descritas como de concordância, da mãe em um dos casos, em tentar a migração por conta de emprego. A caracterização de famílias chefiadas por mulheres e de cuidado de avó em relação à neta circunscrevem uma das experiências.

Foi esse o meu sonho (emprego), o meu propósito. Foi essa a conversa que tive entre eu e minha mãe. Na hora, ela deu aquela resistência, mas devido a situação difícil, todo mundo sabe que pro lado do Nordeste, do Norte, tudo é difícil [...] minha mãe ficou com a minha filha de três anos. [...] Quando cheguei aqui eu me encontrei com muitas dificuldades. Todas as portas fechadas [...]". (Bete, 52 anos, XX em SR).

O local onde ela mora é calmo, mas só que não tem o que eu fazer. Nem biscate eu consegui. Eu não conheço ninguém. E ela é uma pessoa muito caseira ela não sai e quer que eu fique com ela. Isso eu não suporto. Eu gosto de sair e de beber umas ponto eu gostava de beber mesmo. Não vou mentir. Então eu saí e vim parar na rua [...] por volta de dois a três anos. (Damião, XX anos, XX em SR)

A doença materna e a violência física do pai são elementos de uma das narrativas. A conjugalidade e a ruptura relacional também são elencadas como reforço de rupturas que se dão a partir dos conflitos familiares. Apesar de acolhido pela irmã, não consegui sobriedade e trabalho formal, agravando os diversos fatores que levam às ruas. Isso aproxima não somente dos dados estatísticos nacionais e locais, mas destaca a ideia de conflitos familiares e desemprego como focos recorrentes para a situação de vulnerabilidade.

Fui parar nas ruas por diversas situações, por causa de uma separação com a minha companheira. Já tinha me esquecido que vivi também uma situação grave com a doença da minha mãe. Ela caiu doente e se recuperou um pouco. Mas, depois voltou e veio a falecer. [...] fizeram a tentativa, mas ela faleceu. Eu continuei em casa e meu pai quebrou o pau comigo. Daí eu saí e fui para casa da minha irmã. Mas chegando lá - e minha irmã é ótima comigo - não tenho do que me queixar dela, **não me senti bem**". (Damião, 47 anos, 11 em SR, grifos nossos)

A convivência e participação nas atividades desenvolvidas dentro do Projeto LA oportuniza a construção de comunidade de paz e aprendizado diário desde os pequenos gestos de acolhida com respeito e com dignidade até a realização das atividades que tem em sua centralidade, a defesa dos direitos e a valorização da vida, pois enquanto há vida há esperança dizia Damião. Labutar, correr, conseguir chegar aos objetivos, é dada reconhecida como fruto da participação nas atividades que, por seu objetivo, promove o direito de discutir, refletir, de exercitar a tomada de decisões, de fazer por si e não esperar que os outros façam por eles. Sendo atores participantes do seu processo e empoderando de seus direitos.

Encontrei o projeto Levanta-te e Anda com um colega lá nos Mares, na Calçada. Diziam que abria pela tarde e tinha banho, merenda e algumas atividades para nos educar (...) eu passei a participar. Não diretamente, pois tinham dias que eu estava com a cara cheia, bebendo (...). Até levei a suspensão de um mês (...) **Deus me consertou um pouquinho**. Até hoje". (Damião, 47 anos, 11 em SR) (grifos nossos)

O que aconteceu para mim antes foi muito bom. Mas, hoje, a vida continua e a **pessoa precisa labutar, correr, conseguir chegar aos seus objetivos. Que que enquanto a vida a há vida há esperança**. (Damião, XX anos, XX em SR) (grifos meus)

A ideia de tornar-se família reconhecida por Damião, constata que família é núcleo de convivência humana ao qual cada membro se sente pertencer. É através do reconhecimento de núcleo familiar e do sentir pertencer a um conjunto de pessoas, que se constitui uma rede fortalecedora que seus participantes se identificam por meio de vínculos profundos e complexos de história de vidas vividas.

Família é Família. O projeto é muito educativo e as pessoas se tornam uma família também. (...) para mim, não ia passar daquilo. Bebendo e **não tinha mais esperança** (...) Hoje acho que é a pessoa labutando consegue. (...) a pessoa pode iniciar do zero e conquistar as coisas que quer" (Damião, 47 anos, 11 em SR) (grifos nossos)

O caminho até às ruas nem sempre passa somente pelo motivo “trabalho”. Muitos relatam uma fase de transição, de instabilidade e de vulnerabilidades frequentes, sem qualquer apoio e acesso à justiça e à cidadania. Tudo isso reforça que a “entrada” pode ser relacionada a um aspecto, mas que ganham dimensões variadas e traduzem a complexidade da condição. Por isso, o conceito de “em situação de rua” engloba mais do que o aspecto formal da moradia.

A seguir relatos de idas e vindas, de multifatorialidade - na primeira fala a distância física e geográfica são destaques - e de violências sobrepostas. (CAVALCANTI, 2018) que vão redimensionando a vida, a esperança e a condição humana relacional - seja familiar ou amigos.

Tentar, sobreviver, procurar, dar são verbos prevalentes e umas das frases marcantes - **“quem vai dar um voto de credibilidade, de confiança a você? quem?”** - orienta novos olhares e necessidade de escuta e ações mais consistentes. Afinal, a solidão, o desconhecimento e os múltiplos fatores podem ser a chave para garantia de direitos, acessibilidade à plena cidadania e ao desenvolvimento relacional - a “passagem” de volta serve de alegoria.

Cheguei a ficar na hospedaria. Passei quinze dias lá, **tentando sobreviver**. Todo dia saindo, **procurando** emprego, **procurando** trabalho, **procurando** qualquer coisa. As coisas ficaram difíceis. Porque você sair do seu Estado e ir para outro, **sem você conhecer ninguém** (...) porque quando a gente tem um amigo de infância ainda há um quê (...) quando a gente tem uma família, que a gente fica apoiado na casa dessa família, beleza! E **quando você não tem ninguém** (...) ninguém te conhece (...) **quem vai dar um voto de credibilidade, de confiança a você? quem?** Dias e dias assim e o dinheiro acabou. Não tinha mais como eu voltar, porque já estava sem a minha passagem. (Bete, 52 anos, 20 em SR, grifos nossos).

A estabilidade e força familiar seja da família de vínculos de consanguinidade, seja da família relacional, é evidenciada como sustentáculo de vida que, ao serem extirpadas do humano dilacera a dignidade humana e até mesmo a fé cristã, abrindo campo e portas para acometimentos de todo tipo de vulnerabilidades e violências sobrepostas.

solidão, a saudade me deram uma coisa, **um sentimento que tortura e mata aos poucos** e a minha, a minha vontade maior era de estar ao lado da minha mãe, da minha filha, porque quando eu me lembrava da minha família as lágrimas desciam (Bete, 52 anos, 20 em SR, *grifos nossos*).

Desespero total, **completamente sozinha e abandonada**, não, não tinha com quem contar, e nessa [...] nessa época o desespero foi tão forte que **eu nem lembrava mais que Jesus existia**. (Bete, 52 anos, XX em SR, *grifos nossos*)

(...) eu comecei a me envolver com as outras meninas, as outras meninas também elas tinham hábito de beber, que **eu não bebia**, meu organismo, eu... eu não conseguia, aí eu comecei logo a me **envolver com droga, fumando maconha**, fumando maconha e **bebendo**, aí daqui a pouco eu já **passei para poder usar o crack**, e aí **foi aquele estopim dentro de mim, eu me tornei uma mulher muito violenta, muito agressiva**(...). (Bete, 52 anos, XX em SR, *grifos nossos*)

(...) perdi a minha juventude toda no mundo das drogas, só o motivo assim desordeira mesmo, vândala, vândala mesmo, batia, roubava, tomava coisa dos outros, metia cabo de vassoura na cabeça dos outros, metia pá, garrafa, pedra, olha Jesus Cristo foi perfeito... foi, porque assim, se eu não fizesse o que eu fiz, hoje eu poderia até tá rasgada de faca (...) (Bete, 52 anos, XX em SR, *grifos nossos*)

a diretora do albergue, ela foi obrigada a me convidar, a me retirar de dentro do albergue dela, que **eu estava quebrando tudo**. Perdi, perdi. **Perdi tudo**. Perdi tudo, minha irmã, tudo, tudo, tudo, **eu surtei, eu passei vinte e poucos anos de minha vida surtada**, perdi a minha juv...(lágrimas) (...) eu **levantei nome na rua**, eu fiz nome na rua (...) porque eu era uma pessoa muito agressiva por causa da droga, trafiquei, trafiquei, fui presa. Fui presa. Passei quatro vezes pelo sistema. Quatro vezes pelo sistema. (Bete, 52 anos, 20 em SR, *grifos nossos*)

A questão migratória sempre confirma mais do que o deslocamento geográfico e distanciamento da família. Aponta para motivação de emprego, busca de outras situações, carnaval (um dos entrevistados menciona). Não somente nos prontuários do PLA (2018) aparecem motivos de mobilidade, mas especialmente o fator pós-migração impactar nas relações familiares.

Morei nas ruas três anos. Ah! foi a bebida, muita bebida, bebia muito. Comecei a perder meus empregos. **Perdi minhas famílias**. Aí vim morar rua. Tinha minha família. Eu era casado. Tinha uma menina, tá lá no Rio. Sou carioca. Vim pra cá para ver um carnaval, em 1986. Vim ver o carnaval e fiquei um mês. Voltei pro Rio e **quando cheguei a família me mandou embora**. Aí voltei pra cá de novo, para Lauro de Freitas (uns três anos). Nas ruas. (Gilberto, 57 anos, 4 em SR). (*grifos meus*).

Dentre a multifatorialidade apresentada, tanto em trabalhos já desenvolvidos (UFBA e UCSAL já assinalados anteriormente), moradia, trabalho e saúde (aqui somente restrito à adição - uso de álcool e entorpecentes) são elementos centrais

para processo migratório, (des)vínculos sociais e familiares e, finalmente, o estar em situação de rua.

Quando eu **saí do emprego**, fiquei na casa de um colega. Ele perdeu a casa e não tinha mais onde ter apoio. Foi lá no Rio. Já estava desempregado. **Mandou eu ir pra rua porque eu estava bebendo muito. Por isso, eu vim parar aqui.** Vivia com um colega, que bebia. Nós dois bebia muito. (...), aí fiquei na casa dele (Lauro de Freitas). Depois, cada um foi para um lado e eu fiquei na rua. Passei dois anos nas ruas. (Gilberto, 57 anos, 4 em SR). (grifos nossos).

A coleta de dados e a escuta dos sujeitos - integrantes do PLA - revelam para além de experiências e vidas modificadas. Deste modo, cada um dos extratos trazidos nesse item da dissertação traduzem “expressões da vida”, seja relacional ou individual, não somente nas transcrições, mas nas problematizações e lacunas que existem quanto à temática.

Encontrei o projeto, porque eu vim pra cá (Paripe). Nas **ruas de Paripe era muito ruim** e depois fomos lá prá Calçada. (...) aí, o amigo me trouxe pra conhecer o Levanta-te e Anda. Eu fiquei aqui. Uns dois meses, só indo e voltando. Um dia a **irmã M. me chamou**. Para eu fazer parte da oficina. Pronto fiquei. **Por causa do acolhimento da pessoa**, porque te acolhe. Era seu U., **acolhia bem. T. acolheu a gente bem**. Quando vinha pra cá, já não bebia mais (...) só bebia quando não vinha pra cá (Trindade e Levanta-te). Não bebia mais. (Gilberto, 57 anos, 4 em SR). (grifos meus).

Com acolhimento (“da pessoa”, “me chamou”, “acolheu bem”) e envolvimento nas oficinas, Gilberto lembra que foram várias pessoas a convidarem ele para integração do PLA. Trabalho e atividades como artesanato, jardinagem, pinturas foram experiências “boas”.

Não deixava de ir prá lá (...) elas **me chamaram para fazer parte** do projeto, do acolhimento de manhã. Era pra fazer a jardinagem. Fazia esse jardim aí. É a gente pintava, cuidava desse jardim, tinha pra fazer também bijuterias, negócio que fazia chaveirinho (...). Era bom. (Gilberto, 57 anos, 4 em SR). (grifos nossos).

Inserir, incluir, integrar. São verbos que compõem a metodologia de aproximação e acolhimento do PLA, mas sobretudo fundamentam a ação de estar, ser e conviver. O passo para ter uma moradia e integrar a Comunidade da Trindade não chegou rapidamente. Ele informa que trabalhava, ia se ambientando e “um dia, Henrique (Peregrino) me chamou para morar na Trindade. Porque passa daqui para

Trindade, entendeu?”. Compromisso, convivência, participação nas atividades (incluindo religiosas como a missa).

A saída da adição (bebidas e drogas) é um dos pré-requisitos para ingresso no PLA. Apesar de cada etapa ter se cumprido, dentre as narrativas a ruptura com a família de origem sempre é mencionada - “não vejo ninguém”.

No contexto de vulnerabilidades e ética do cuidado, as entrevistas revelam que os tempos de convivência doméstico-familiar já não existem e outra possibilidade se abriu: a da vivência comunitária que, em alguns casos, possibilita a constituição de “nova família”.

Tem sete anos que eu moro na Trindade. (...) Cortei os laços, porque era a única coisa que eu tinha. **A família sumiu.** Sou casado mais nem sei, não vejo minha filha, **não vejo ninguém**, entendeu? **Nunca mais eu tive vínculo de ver não.** Cortei. **Nunca mais eu vi**, não sei onde está mais. **Minha família agora são o pessoal daqui do projeto e da Trindade.** A Trindade é minha família, e agora, vou dizer uma coisa a você (...) tenho um casamento. Já arrumei uma família minha. Tenho minha esposa, namoro com ela, fazem uns dois anos. Dentro da Trindade **construí uma nova família.** Quebrei os laços. (Gilberto, 57 anos, 4 em SR, grifos nossos).

De atividades formativas e laborais até um projeto de vida (“arrumar um trabalho”, uma “nova família”, estar “satisfeito”), as saídas não foram ações simples e sem rápidas. A situação de rua pode ser prolongada e os vínculos rompidos (com poder público, com a sociedade e com entes familiares e amigos). Isso é demonstrado na coleta das histórias de vida tópicas dos três sujeitos: de quatro a vinte anos foram os relatos de vivência em vulnerabilidade extrema.

Refazer ou construir laços e projetos leva tempo. Justificativa, inclusive, para o nome do projeto social - **Levanta-te e Anda** - e da compreensão da experiência humana vivida e narrada. (grifo meu)

Eu **pensava que não ia conseguir**, mas aí, um dia, lá na Trindade (...) alguém disse que ia **arrumar um trabalho** pra gente. "Tem duas vagas pra trabalhar lá de pedreiro lá na ilha", disse Henrique, ou aqui no Levanta-te e Anda. (...) escolhe qual que você quer. Aí eu falei oh, pro Levanta-te e Anda que eu fiquei aqui né? (...) não pensei nem duas vezes. Quando cheguei aqui eu vim pra cá, vou sair daqui pra lá. **Então vim satisfeito** (...) eu gosto muito. Poxa! quando ela me chamou! Eu me identifico muito porque passei a mesma coisa também, das pessoas aqui. (Gilberto, 57 anos, 4 em SR, grifos nossos).

Das trajetórias de risco social, de ruptura conjugal e familiar, as relações laborais e a moradia são primeiros esforços, junto com o compromisso de interromper a adição. De acolhidos passam a acolher também, movimentando uma comunidade solidária e conhecedora dos dramas vividos por quem passou pela situação de rua.

Acolher as pessoas no Levanta-te e Anda **é uma satisfação**. Sou agradecido por causa disso (...) Eu estava na rua. Hoje, graças a Deus, estou empregado por causa e através de quem? **Se não fosse** o Levanta-te Anda, ia para onde? Eu ia ficar na rua, não é?, (...) **Agradeço muito** ao Levanta-te e Anda e a Trindade também que me acolheu. (Gilberto, 57 anos, 4 em SR, grifos nossos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é uma vida? O “ser” da vida é ele mesmo constituído por meios seletivos; como resultado, não podemos fazer referência a esse ser fora das operações de poder e devemos tornar mais precisos os mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida.

(BUTLER, 2015, p. 14).

Na busca pelo mapeamento do decênio do Projeto Levanta-te e Anda e seus integrantes, com experiências e com identidades tão únicas, um projeto de mestrado não encerra as possibilidades, as leituras e as novas investigações. Muito pelo contrário! Capta o momento, o acontecimento, a memória de algumas pessoas. Registra-se o trabalho coletivo realizado já caminhando para o décimo primeiro ano de “portas abertas”.

Abre-se, a partir dessa experiência acadêmica e investigativa, a indicação de novos problemas - na esfera social, científica e institucional, observando circunstâncias e urgências que merecem extensão e relevância quanto ao impacto social. Finalizada a etapa de coleta e análise das narrativas, outras questões e abordagens podem ser referências de pesquisa renovada e da construção de uma nova realidade. É, portanto, conveniente complementar esta metodologia de investigação com outras, no sentido de se apurar o entendimento da problemática em análise sob diversas perspectivas, sugerindo continuidade e maior aproximação - inclusive temporal - junto desses sujeitos e de seus contextos relacionais.

A pergunta da epígrafe deste item reforça o eixo condutor da pesquisa: “O que é uma vida?”. Como recurso para contextualizar e organizar, iniciamos a revisão bibliográfica a respeito do que já se discutiu sobre população em situação de rua e suas bases fundamentais, tendo como abordagem teórica principal a Sociologia Crítica e Educação de Direitos Humanos, contemplando as áreas centrais desse estudo, quais sejam Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades. A pauta orientadora estará em obras como A ideia de Justiça (SEN, 2011) e Desenvolvimento e Direitos Humanos (SANTOS, 2015).

As concepções acerca do Outro apresentadas por Emmanuel Levinas – fundadas na ideia de alteridade – e as de Judith Butler – idealizadas a partir do reconhecimento não binário – A desconstrução epistemológica e cotidiana dos elementos que cercam esses direitos, para que seja possível construir uma noção que

se aproxime do real sentido do que é o *Outro*, e a partir da qual seja possível afirmar a diversidade humana.

É a partir de binarismos/dicotomias e padrões que são estabelecidos e reforçados na sociedade ocidental aspectos que subalternizam e/ou invisibilizam sujeitos e grupos. Nesse diálogo, Levinas e Butler ressaltam o reconhecimento do *Outro* subalternizado pelo pensamento ocidental, construindo a noção de alteridade, caminhando para fundamentos humanistas outros, de pleno reconhecimento.

A gravidade da realidade do quadro de pobreza, miséria, abandono social, violação de direitos, principalmente por parte do Estado, no Brasil, leva a uma permanente preocupação e nos obriga a refletir sobre suas influências no social e, principalmente, nas pessoas em situação de rua, na qual as políticas públicas ainda não os alcançam com efetividade.

O fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade". (Silva, 2006, p.95)

Ouvindo narrativas, estão ali, *in loco*, onde vivem, conversam, realizam atividades, o que realmente significa a vida dessas pessoas. Das que cuidam, das que estão ali todos os dias, das que chegam pelos jardins tão coloridos e cuidados? O real significado dessas vidas é a latente denúncia de situações extremas de desigualdades sociais que são evidenciadas na pouca ou quase nenhuma efetividade das políticas sociais voltadas para estas vidas.

Para a PSR, marcada pela fome, pela miséria, pela instabilidade, pelas violências sobrepostas, pelo esgarçamento dos laços afetivos, e, por todo tipo de abandono, principalmente o abandono do Estado, este, violador contumaz de direitos e garantias, projetos sociais como o Levanta-te e Anda e Trindade de ação não-governamental, vem promover o direito de discutir, refletir, de exercitar a tomada de decisões, de fazer por si e não esperar que os outros façam por eles. Acessar políticas públicas e exercer sua cidadania. Sendo atores participantes do seu processo e empoderando de seus direitos.

As informações extraídas por esta pesquisa só ratifica os indicadores trazidos, ainda que precariamente, pelos censos realizados pelo Estado. A PSR é composta

por sua maioria de homens, negros, imigrantes e pessoas que tiveram seus laços familiares rompidos. Contrariando uma das hipóteses iniciais deste estudo, observou-se que a entrada para o mundo das drogas não se dá da casa para a rua, mais sim da rua para a (falta) da casa. Outra evidência é a de que a violência encontrada nas narrativas não surgiram antes da suas chegadas às ruas, a violência é relatada como forma de defesa e sobrevivência. O cuidado de si, que muito acreditava-se que não há nesta população é fortemente relatado como questão de dignidade.

A vivência da pesquisa, por parte da pesquisadora, suscitou reflexões e interesses que podem vir a contribuir para a sua integração, como voluntária dentro do Projeto. O estudo poderá levar a avanços teóricos no que tange as estruturas históricas sociais que submeteram os sujeitos à situação de rua, buscando a responsabilidade conjunta da Sociedade e do Estado frente às origens deste crescente fenômeno e as necessárias intervenções em vista a superação deste.

REFERÊNCIAS

BARATA, R. B. et al. Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, v. 24, p. 219-232, 2015.

BENJAMIN, W. Baudelaire e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BOEHM, C. Migrantes são mais de 70% da população em situação de rua na capital paulista. Agência Brasil, São Paulo, abril de 2016. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-04/migrantes-sao-mais-de-70-da-populacao-em-situacao-de-rua-na-capital> Acesso em 05 dez. 2019

BORDIGNON, J.S.; SILVEIRA, C.C.S; DELVIVO, E. M.; ARAÚJO, C.P.; LASTA, L. D; WEILLER, T. H. Adultos em situação de rua: Acesso aos Serviços de Saúde e Constante Busca Pela Ressocialização. *Revista Contexto & Saúde*, Ijuí, v. 10, n. 20 • Jan./Jun, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1610>. Acesso em: 07 de Set. 2019.

BRASIL. Constituição. Constituição Da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 de outubro 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Saúde da população em situação de rua : um direito humano. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Censo do Sistema Único da Assistência Social (Suas). Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: MDS/Sagi,

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2014.

BRASIL. Nota Técnica n. 8, de 15 de março de 2016. Nota Técnica sobre a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental à não discriminação e não submissão a tratamentos. Conselho Nacional do Ministério público. Brasília: Ministério Público, 2016.

BRASIL. Pesquisa Nacional sobre a População e Situação de Rua. Brasília, 2008.

BRÜGGEMANN, O.M.; PAPINELLI, M.A. Utilizando as Abordagens Quantitativa e Qualitativa na Produção do Conhecimento. Rev. Esc. Enferm USP. São Paulo, v. 42, n.3, pp. 563-568, 2008. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a20.pdf> > . Acesso em: 20 nov. 2018.

BUSCH-GEERTSEMA, V. et al. Extent and profile of homelessness in European Member States: A statistical update. 2014.

BUTLER J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. A dinâmica das relações familiares de moradores de rua usuários de crack. Saúde em debate, v. 39, p. 748-759, 2015.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto Contexto Enferm, v. 4, n. 15, p. 679-84, out./dez. 2006.

CASTRO, M. G. Entre a Intenção e o Gesto ou Quão Interdisciplinar Somos? Ensaio sobre a Perspectiva Interdisciplinar e Estudo de Caso sobre uma Produção de Estudos no Campo de Família. In: Anais do CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. Niterói: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012, ISSN 2316-266X.

CASTRO, M. G.. Alquimia de Categorias Sociais na Produção de Sujeitos Políticos. Revista de Estudo Feministas, Floiranoópolis, n. 0, 1992. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/15801/14294>

CAVALCANTI, V. R. S.; SILVA, A. C. Entre mundos e discursos em prol dos Direitos Humanos: enlaces, agendas e redes ampliadas. In: PANDO BALLESTEROS, M.P.; GARRIDO RODRÍGUEZ, P.; MUÑOZ RAMÍREZ, A. (Org.). El cincuentenario de los Pactos Internacionales de Derechos Humanos de la ONU. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2018, v. 1, pp. 447-459.

CAVALCANTI, V.R.S. et al. Levanta-te e anda: Uma década promovendo inclusão social e experiências humanas. Relatório técnico. Salvador: ASA, NEDH/UCSAL, novembro de 2018. (mimeo).

CAVALCANTI, V.R.S.; SILVA, A.C da. Para e pelos direitos humanos: perspectivas e debates sobre violência, educação e agendas. In: GOMES, Celma Borges. (Org.). Em busca de uma cultura da não violência nas escolas. Salvador: Edufba, 2015, pp. 1-12.

COMPARATO, F. K. A afirmação dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2010.

CORREIA, M. C. A Observação Participante enquanto técnica de investigação. Pensar Enfermagem, 1999, 13(2), pp. 30-36.

CUNHA, A. G. de. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DEBERT, G.G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. IN: CARDOSO, R. (org.). A Aventura Antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp.141-156.

Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2009, p. 05. Disponível em: http://www.planalto7.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 30 Nov. 2018.

DESLANDES, S.F.; ROMEU GOMES, O.C.N.; MINAYO, M.C.S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

DIAS, I. Violência doméstica e do gênero. Lisboa: Pactor, 2018.

DIAS, Isabel. Matrizes teóricas da violência de gênero. In: COSTA, Dália & NEVES, Sofia (Orgs.). Violências de gênero. Lisboa: CIEG/UL, 2017, pp.23-44.

SCOREL, S. Vidas ao leu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

ESTÊVÃO, C.A.V; CARVALHO, M.E.G. Pedagogia crítica e Direitos Humanos: fundamentos para uma proposta pedagógico-crítica em Direitos Humanos. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 405-432, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a02v21n80.pdf>> Acesso em: 10 out. 2018.

FERNANDES, F.S.L; RAIZER, M.V.; BRÊTAS, A.C.P. Pobre, Idoso e na Rua: Uma Trajetória de Exclusão. Rev Latino-am Enfermagem, São Paulo, v 15, n. esp, p. 1-7, Set/Out. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15nspe/pt_06.pdf >. Acesso em: 10 de Out. 2019.

GIMBA, M.F.; CAVALCANTI, V.R.S. Um mundo à parte: Ouvindo usuárias de crack e desvendando experiências. *Esripturas*, dez. 2018, vol. 2, p. 108-126. Disponível em <https://www.revistaescripturas.com/2018-2>

GIMBA, M.F.; CAVALCANTI, V.R.S.. *Relações familiares e vulnerabilidades*. Curitiba: Juruá, 2017.

GRANDESSO, M. *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GRAZZIOLA, R. *As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização*. 2011.

HALLAIS, J.; BARROS, N. Consultório de rua: visibilidades, invisibilidade e hipervisibilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 7, jul. 2015.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros*. Brasília: Ipea, 2015.

IVO, A.B.L.. A reconversão da Questão Social e a retórica da pobreza nos anos 1990. In: CIMADAMORE, A.; HARTLEY, D.; SIQUEIRA, J. *A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Agosto 2006.

IVO, A.B.L.. A reconversão da Questão Social e a retórica da pobreza nos anos 1990. In: CIMADAMORE, Alberto; HARTLEY, Dean; SIQUEIRA, Jorge. *A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Agosto 2006.

KEHL, M. R. Em defesa da família tentacular. 2003. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>>
Acesso em: 10 out. 2019

KILOMBA, G. *Who can speak? - Descolonizando o conhecimento. Uma Palestra - Performance* - Tradução: Anne Caroline Quiangala. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.pretaenerd.com.br/2016/01/traducao-quem-pode-falar-grada-kilomba.html>>
Acesso em: 11 out. 2019

KUBOTA, A.C.; PIRES, C.B.; NEVES, L.P. O morador de rua: perspectivas conceituais. *Centro Universitário São Camilo*, 2(2), 2008, pp.223-233.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

LEVINAS, E. Deus, a Morte e o Tempo. Lisboa: Edições 70, 2012.

LEVINAS, E. Deus, a Morte e o Tempo. Lisboa: Edições 70, 2012.

MATTA, R. A casa & a rua. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOS, R.M; FERREIRA, R.F. Quem Vocês Pensam que (elas) são? Representações sobre as Pessoas em Situação de Rua. Psicologia & Sociedade, v.16, n.2, p. 47-58; Maio/Ago.2004. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822004000200007&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 07 out. 2018.

MENDES, K. T.; RONZANI, T.M.; PAIVA, F.S. de. População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 31, e169056, 2019. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31169056>.

MENEGHEL, S. Histórias de vida - notas e reflexões de pesquisa. Athenea Digital, 2007, n. 12, pp. 115-129. Disponível em:
<<https://ddd.uab.cat/pub/athdig/15788946n12/15788946n12p115.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2020.

MENEGHEL, S. Situações limite decorrentes da violência de gênero. Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social, pp. 227-236, nov. 2012. ISSN 1578-8946. Disponível em: <<http://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-meneghel>>. Acesso em 26 jan. 2020.

MÓNICO, L.; ALFERES, V.; CASTRO, P.; PARREIRA, P. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. Atas CIAIQ2017 - 6ª Congreo Ibero-Americano en Investigación Cualitativa, v. 3, 2017, p. 724-733. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/318702823_A_Observacao_Participante_enquanto_metodologia_de_investigacao_qualitativa

MOREIRA, T.O. A aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos pela jurisdição brasileira / Thiago Oliveira Moreira. – Natal, RN : EDUFRN, 2015

MORIN, E. As grandes questões do nosso tempo. Lisboa: Notícias Editorial,

MORIN, E. O método: Ética. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PAIVA, V.F.N. Elementos de Direito das Gentes. 3. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1850.

PEDROSO, J. Acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em (des) construção. O caso do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças. Tese de doutoramento em Sociologia do Estado e da Administração. Coimbra: FEUC, 2011.

PEDROSO, J.F. O acesso ao direito e à Justiça: um direito fundamental em questão. 2011. f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

PEDROSO, J.; CASALEIRO, P.; BRANCO, P. Desvio e Crime Juvenil no Feminino: da Invisibilidade dos Factos, Seleção e Percursos no Sistema Judicial. In: PEDROSO, J. et al. Justiça Juvenil: a lei, os tribunais e a (in) visibilidade do crime no feminino. Porto: Vida Económica, 2016, pp. 153-205.

PORTUGAL, S. Famílias e Redes Sociais. Coimbra: Edições Almedina, 2014.

PUREZA, J.M.. A cegueira cívica: direitos humanos e segurança no início do século XXI. In: SANTOS, B.S.; SANTOS, C.M. & MARTINS, B.S. (Orgs). Quem precisa dos Direitos Humanos? Precariedade, diferenças, interculturalidade. Coimbra: Almedina/Centro de Estudos Sociais, 2019. pp. 51-59.

RAMÍREZ, A. M.; RODRÍGUEZ, P. G. (Org.). Pasado y presente de los derechos humanos: Mirando al futuro. Madrid: Catarata, 2016, p. 447-459.

RICHARDSON, R. J. (Org.). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, B. S. (Coord). O acesso ao direito e à justiça: um direito fundamental em questão. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa/ Centro de Estudos Sociais, 2002.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, B. S. Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B.S. Para uma concepção intercultural dos Direitos Humanos. In: SANTOS, B.S.; SANTOS, C.M. & MARTINS, B.S. (Orgs). Quem precisa dos Direitos Humanos? Precariedade, diferenças, interculturalidade. Coimbra: Almedina/Centro de Estudos Sociais, 2019, pp. 339-388.

SANTOS, B.S. Para uma concepção intercultural dos Direitos Humanos. In: SANTOS, B.S.; SANTOS, C.M. & MARTINS, B.S. (Orgs). Quem precisa dos Direitos Humanos? Precariedade, diferenças, interculturalidade. Coimbra: Almedina/Centro de Estudos Sociais, 2019, pp. 339-388.

SANTOS, B.S.; SANTOS, C.M. & MARTINS, B.S. (Orgs). Quem precisa dos Direitos Humanos? Precariedade, diferenças, interculturalidade. Coimbra: Almedina/Centro de Estudos Sociais, 2019.

SANTOS, B.S.; SANTOS, C.M. & MARTINS, B.S. (Orgs). Quem precisa dos Direitos Humanos? Precariedade, diferenças, interculturalidade. Coimbra: Almedina/Centro de Estudos Sociais, 2019.

SANTOS, M. Milton Santos: o espaço da cidadania e outras reflexões. Fundação Ulysses Guimarães, 2012.

SAWAIA, B. S. (Org.). As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2014.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte, MG: Didática Editora do Brasil. 2012. pp. 11-26.

SEN, A. A ideia de justiça. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SILVA, C.C. da. Atenção primária e população em situação de rua: a prática de cuidado em um consultório na rua da cidade do Rio de Janeiro. [Dissertação de mestrado]. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. 132f. Rio de Janeiro, 2013.

SPINK, P. Análise de Documentos de domínio público. In: SPINK, M.J. (org). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1998.

VALENCIO, N. Após o desastre: abrigos temporários como loci de reafirmação da vulnerabilidade dos afetados pelas chuvas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. Anais...Porto Seguro: ABA, 2008

VASCONCELLOS, M.P.; DALMOLIN, B.M.; LOPES, S.M.B. A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 19-34, 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7078/8547>> Acesso em: 10 out. 2019.

VASCONCELOS, E.M. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WEBER, L.N.D.; DESSEN, M.A. Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados. Curitiba: Juruá, 2009.

ANEXOS

ANEXO I – CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL



CARTA DE ANUÊNCIA

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/12 CNS/CONEP)

Eu, Gilcilene Ferreira Silva, responsável pela Instituição aceito que a pesquisadora Leide Fernanda de Oliveira Queiroz, do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) proceda coleta de dados quanti-qualitativos para a pesquisa intitulada Levanta-te e Anda: pessoas em situação de rua, vida familiar e direitos humanos, sob orientação da Professora Dra Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. A pesquisa tem como objetivo geral mapear e analisar o percurso institucional e de seus integrantes ao longo dos 10 anos de atividades, bem como historicizar o projeto social Levanta-te e Anda integrado a ação não-governamental e de desenvolvimento humano-social.

Será realizada uma entrevista semi-estruturada, aplicada junto a 6 pessoas integrantes do projeto, a partir de um formulário composto de 6 questões, descritas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Guia de entrevistas. Como procedimento utilizado, no formato de entrevista gravada, será aplicado em três níveis diferenciados: entrevista individual, entrevista em grupos e debates abertos no coletivo do Projeto. Esclarece-se que a pesquisa contemplará os princípios éticos conforme preconizam as **Resoluções 466/2012 CNS/CONEP**.

Ciente dos objetivos e da metodologia proposta da pesquisa acima citados concedo a anuência para seu desenvolvimento e oferecemos atendimento psicológico

e acolhimento social para quaisquer entrevistados, caso seja necessário, por conta do acompanhamento já realizado e atenção imediata no próprio local.

A instituição apresenta infraestrutura necessária para a realização da pesquisa.

Local

data

Assinatura e carimbo do responsável pela Instituição

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), de uma pesquisa intitulada: “Levanta-te e Anda: pessoas em situação de rua, vida comunitária e direitos humanos” que será desenvolvida pela pesquisadora Leide Fernanda de Oliveira Queiroz, em pesquisa de mestrado do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Família na Sociedade Contemporânea.

Seu objetivo é conhecer e analisar o percurso institucional ao longo dos 10 anos de atividades, sua trajetória e os resultados alcançados e fomentar análises de resultados a partir dos dados metodologicamente registrados, lançando um olhar sobre a Rede de Proteção às pessoas em situação de rua em Salvador/BA. Sua relevância se justifica pelo entendimento de que, se faz urgente a necessidade de pesquisar as estruturas históricas sociais, que submeteram os sujeitos à situação de rua, buscando a responsabilidade conjunta da Sociedade e do Estado frente às origens deste crescente fenômeno e as necessárias intervenções em vista a superação deste. Sua participação consistirá em ser entrevistado (a), com base em um roteiro que contém perguntas relacionadas ao tema estudado.

Para garantir a proteção emocional e psicológica das participantes, haverá o cuidado em manter a privacidade no momento da entrevista e ofertar o amparo psicológico ou assistencial, caso necessário (oferecido dentro do próprio Projeto e acessível imediatamente, em consonância com a anuência institucional).

1. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, o(a) senhor(a) poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo, sendo devolvidas anotações até então realizadas;

2. As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos-acadêmicos e que sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato (através de codificação alfanumérica e total confidencialidade) preservando e mantendo total confidencialidade e sigilo quanto à identidade, processo e relações de intimidade;

3. Sua participação não lhe causará nenhum custo financeiro e nenhum ônus;

4. Essa pesquisa está em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP.

Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o(a) senhor(a) e a outra com a pesquisadora. Caso desista da entrevista, a pesquisadora assumirá a responsabilidade de interromper e excluir os dados coletados até o momento da declaração de não anuência. O benefício de sua participação consiste na ampliação do conhecimento sobre a situação da população de rua em Salvador/BA, trazendo resultados parciais e finais caracterizados pela produção e difusão de conhecimento adstritos ao desenvolvimento da modalidade Mestrado Acadêmico.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone:

Leide Fernanda – Telefone: (71) 99974-1044 ou

Universidade Católica do Salvador – **Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea**- Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-902. Comitê de ética da UCSAL, tel.32038913 para melhores esclarecimentos caso necessário.

Eu, _____, Portadora do R.G. _____ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, em qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa e concordo em participar espontaneamente.

Salvador, ____/____/2018

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

ANEXO III - PROJETO DE PESQUISA (MESTRADO): UM MAPEAMENTO E
PRINCIPAIS PONTOS

Título	
Marco temporal e geográfico	
Contextos e Justificativa	
Objetivo geral	
Objetivos específicos	1.
Revisão de literatura/ historiografia	
Metodologia (Desenho, Instrumentos e Técnicas)	

ANEXO IV - ROTEIRO ORIENTADOR PARA USO DA ABORDAGEM QUALITATIVA A PARTIR DE HISTÓRIAS DE VIDA.

A história de vida (HV) será abordada como uma narrativa em profundidade na qual o (a) pesquisador(a) constantemente interage com participantes, através de observação, atividades e momento propriamente dito de coleta de informações. Sua principal função é retratar as experiências vivenciadas, narradas e contadas (Bosi, 2003), tomando a experiência individual como referencial, mas atenta às relações sociais e familiares, consoante objetivo geral do projeto de pesquisa apresentado.

Destacam-se, para efeitos de abordagem qualitativa, dois tipos de HV: a **completa** - que retrata todo o conjunto da experiência vivida; e a **tópica** - que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão (Minayo, 1993). De acordo com o foco da pesquisa e do objeto vinculado a um projeto social que envolve pessoas em situação de rua (fazer nota de rodapé explicando e conceituando), será utilizada a história de vida tópica, “tendo como ponto principal permitir que a(o) informante retome sua vivência de forma retrospectiva e a partir desses relatos encontre o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual” (CAVALCANTI & CAMPOS, 2018).

Por se tratar da metodologia qualitativa, as perguntas serão panorâmicas e flexíveis (somente como roteiro orientador e de retomada de eixo central), sendo possível recuperá-las e refazê-las ao longo do encontro, caso necessário. Sendo assim, as questões essenciais estão circunscritas por categorias indicativas (integração, convivências familiares e comunitárias/grupais).

O roteiro orientador tem caráter parcial – não fechando e observando a complexidade das relações e vivências narradas e podem ser captadas em mais de uma sessão, caso seja necessário (prevista para realização em até 60 minutos). Configurando como técnica-método em construção e de abordagem participativa e dialógica, além de exigir pelo menos dois encontros para coleta e anotações em diário de campo para revisão entre uma e outra sessão narrativa.

Conforme indicado na Resolução 466/12 (item IV.1.a) e 510/16, como pessoa autorizada, observante empírica de convivência social buscar-se-á momento prévio de primeira sondagem “em condição e local mais adequados para que o esclarecimento seja efetuado, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa e sua privacidade”.

Isso se dará no ambiente do projeto, em horário estabelecido pelas lideranças gestoras diretamente aos sujeitos incluídos no perfil delineado abaixo e auto-declarados, sendo convidados a integrarem a pesquisa. Ao confirmar participação e consentimento, enquadrados em todos os aspectos de inclusão e exclusão, serão convidados/as para data e horário posteriores e em sala reservada, em horário estabelecido pela coordenação, passando ao ponto inicial - a leitura e validação do TCLE e do guia de perguntas apresentado.

Ponto inicial: Explicar o objetivo da investigação e introdução geral, fazendo a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), solicitando a assinatura do mesmo. Deixar claro a confidencialidade da narrativa, garantida pela assinatura do Termo de responsabilidade e compromisso na utilização de dados pela pesquisadora.

Respeitando a auto-declaração, sigilo e confidencialidade, escolha nome fictício que poderá aparecer na pesquisa (Acompanha uma caracterização geral: raça/etnia, idade e sexo).

01) Conte como se deu sua inserção (entrada) no projeto Levanta-te e Anda (ano, motivo).

02) Poderia dizer como se compõe suas relações familiares antes e depois da sua inserção no projeto?

03) De que maneira descreveria suas relações de convivência (família, comunidade e grupo e social)?

04) Ocorreu reencontro com familiares depois da inserção no Projeto?

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ANTI-PLÁGIO

Eu, LEIDE FERNANDA DE OLIVEIRA QUEIROZ, matrícula 20000238 e estudante do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, **declaro** que o trabalho em versão impressa e digital apresentado é componente parcial da avaliação de (mestrado/doutorado), compondo-se de pesquisa original, ademais de confirmar que todas as citações e as referências, bem como uso de dados primários e secundários (quando existentes) estão corretamente identificadas. Tal procedimento indica autoria e responsabilidades para os devidos fins e efeitos, podendo ser incluído como prova junto à UCSAL.

Declaro que o material é original, resultado da investigação realizada por mim e que a utilização de contribuições ou textos de autores alheios estão devidamente referenciadas, obedecendo aos princípios e regras dos Direitos de Autor e Direitos Conexos.

Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar, sendo informadas no Regimento Interno da Pós-Graduação dessa instituição.

Salvador, 03 de fevereiro de 2020.

LEIDE FERNANDA DE OLIVEIRA QUEIROZ

ANEXO VI - CRÉDITOS DA AUTORA

Graduada em Letras com Inglês e suas respectivas Literaturas pela Universidade Católica do Salvador. Graduada em Direito pela Faculdade Ruy Barbosa. Especialista em Gestão da Qualidade e Certificações pela Unijorge. Atuou na área de Desenvolvimento Organizacional e Pessoal, por doze anos em empresa de Construção e Montagem Industrial, atuando em obras regiões diversas do Brasil.

Atualmente, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sociologia das Instituições Judiciais/SIJ e integrante do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL).

Voluntária no Projeto Levanta-te e Anda na atividade de professora de Português para pessoas em situação de rua. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Professora da FIEB - unidade Dendezeiros. Advogada.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4044768199437336>